



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第四立法會期 (二零一二—二零一三)
IV LEGISLATURA 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

第一組 第 IV-86 期
I Série N.º IV-86

Data: 14 de Novembro de 2012

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas e 5 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Convidados: Chui Sai On, Chefe do Executivo; Florinda da Rosa Silva Chan, Secretária para a Administração e Justiça;

Francis Tam Pak Yuen, Secretário para a Economia e Finanças;

Cheong Kuoc Va, Secretário para a Segurança;

Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;

Lau Si Io, Secretário para os Transportes e Obras Públicas;

Fong Man Chong, Comissário contra a Corrupção;

Ho Veng On, Comissário de Auditoria;

José Proença Branco, Comandante-Geral dos Serviços de Polícia Unitários;

Choi Lai Hang, Director-Geral dos Serviços de Alfândega;

Alexis Tam Chon Weng, Chefe de Gabinete do Chefe do Executivo

Grace Cheong Chui Ling, Chefe de Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça;

Karen Lok Kit Sim, Chefe de Gabinete do Secretário para a

Economia e Finanças;

Vong Chun Fat, Chefe de Gabinete do Secretário para a Segurança;

Cecília Cheung So Mui, Chefe de Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;

Francis Wong Chan Tong, Chefe de Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;

Sam Vai Keong, Chefe de Gabinete do Comissário contra a Corrupção;

Eric Chau Ka Lai, Chefe de Gabinete substituto do Comissariado de Auditoria;

Vitória Alice Maria da Conceição, Directora dos Serviços de Finanças;

Leong Heng Teng, Membro do Conselho Executivo;

Liu Chak Wan, Membro do Conselho Executivo;

Ma Iao Lai aliás Alexandre Ma, Membro do Conselho Executivo;

Leong Vai Tac, Membro do Conselho Executivo;

Ho Sut Heng, Membro do Conselho Executivo;

Wong Yue Kai, Membro do Conselho Executivo;

Goiretti Tam Ka Wa, Adjunta do Chefe do Executivo.

Ordem do Dia: Sessão de perguntas e respostas sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2013, com a presença do Chefe do Executivo.

Sumário: Perguntas e respostas sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2013, com a presença do Chefe do Executivo.

Acta:

Presidente: Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, Srs. membros do Conselho Executivo, e Srs. Deputados:

Vamos dar início ao plenário. Da ordem do dia consta a sessão de perguntas e respostas dos Srs. Deputados ao Sr. Chefe do Executivo sobre o Relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para o Ano Financeiro de 2013. Hoje estão inscritos 22 deputados para apresentar questões. A sessão decorrerá até às 18h00 ou até que todos os 26 deputados inscritos tiverem feito uso da palavra. Às 16h15m faremos um pequeno intervalo de 30 minutos e retomaremos a sessão às 16h45m.

Estão inscritos 26 deputados para apresentar questões. Segundo a

ordem de inscrição, vou passar, em primeiro lugar, a palavra ao Sr. Deputado Chan Meng Kam. Sr. Deputado Chan Meng Kam, faça o favor.

Chan Meng Kam: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe de Executivo:

Nos últimos anos, os preços dos imóveis não pararam de subir e a oferta de habitações públicas não consegue satisfazer a procura, o que alertou a atenção de muitos residentes para a questão da habitação. No decorrer da construção das dezanove mil habitações públicas, o Governo divulgou novas medidas e efectuou alterações às antigas medidas relacionadas com o imposto de selo especial, mas mesmo assim, os preços dos imóveis continuam a aumentar e as dificuldades com a aquisição de habitação continuam sem ser aliviadas.

Em Junho, apresentei uma intervenção no período de Antes da Ordem do Dia, sugerindo ao Governo que ponderasse sobre a política “terrenos de Macau para as gentes de Macau”, e na sessão de perguntas e respostas com a sua presença, no dia 10 de Agosto, voltei a colocar as mesmas questões relativas aos problemas com a habitação.

Quanto àquela política, o Governo da RAEM afirmou que ia “estudar aprofundadamente” o assunto. Sr. Chefe do Executivo. Pode explicar, mais detalhadamente, o que é que o Governo pensa, em concreto, sobre esta aspiração social? Para além dos 5 novos aterros, não pode implementar-se, já a curto prazo, a política “terrenos de Macau para as gentes de Macau”?

Muito obrigado!

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Deputado Chan Meng Kam, pela questão que colocou.

No segundo semestre deste ano, o Sr. Deputado Chan Meng Kam e outros Deputados colocaram várias perguntas sobre a habitação, nomeadamente a habitação para todos. Hoje, aproveito esta oportunidade para referir, detalhadamente, os problemas que enfrentamos e o rumo que os trabalhos do Governo da RAEM devem seguir.

A subida abrupta dos preços dos imóveis é um facto. Tal como referi na conferência de imprensa realizada ontem, o Governo da RAEM está ciente da gravidade da especulação, e não deseja que a situação se mantenha. Nesse sentido, vai lançar algumas medidas novas para acabar com a situação, medidas essas que, no entanto, só podem ser consideradas de curto prazo, em consideração com a segurança financeira e com o desejo de estabilidade dos preços dos imóveis. Mas numa perspectiva de longo prazo, há possibilidade de recorrer às soluções seguintes: 1. Restrição da procura, através da definição de cláusulas limitativas; 2. Aumento da oferta de habitações. Neste momento, são estas as duas soluções.

No passado, nomeadamente desde o Governo do 3.º mandato, foi assumida a promessa de construção de 19 000 habitações sociais e económicas, promessa essa que foi sendo concretizada e que levou à diminuição do número de famílias em lista de espera por uma habitação. Numa perspectiva de futuro, o rumo das acções

governativas é concretizar o desejo da população de Macau - ter habitação e um emprego estável. Na realidade, actualmente, os preços dos imóveis privados são verdadeiramente elevados, e a relação entre a oferta e a procura é muito desequilibrada. Para alguns cidadãos, a habitação destina-se a investimento, enquanto para outros é um bem essencial. Claro que, do ponto de vista dos cidadãos de Macau que não têm uma habitação ou que compram a sua primeira casa, não há dúvida que a consideram como um bem essencial, portanto, mais do que um investimento. Por isso, devemos distinguir bem estas duas finalidades.

Então, o que vamos fazer é abrir, no próximo ano, uma nova candidatura à habitação pública, candidatura essa que os residentes aguardam há já muito tempo. Queremos saber quais são as reais necessidades. O Governo já afirmou, várias vezes, que após a conclusão da construção das 19 000 habitações, está a planear construir ainda 6300 habitações. Alguns terrenos serão reservados para o efeito, e acredito que após a conclusão das inscrições para a nova candidatura, vamos conseguir inteirar-nos das reais necessidades deste tipo de habitação.

Penso que são muitas as pessoas preocupadas com este assunto. Quanto às habitações privadas, face às grandes mudanças do mercado, estamos a pensar como é que vai ser possível conseguir que os residentes de Macau tenham uma situação de habitação estável, uma vez que esta situação é nova, no passado nunca tal aconteceu. Contudo, podemos fazer uma retrospectiva da situação do mercado imobiliário para verificar que, nestes últimos dez anos, se registou uma flutuação dos preços dos imóveis, ou seja, subidas e descidas, mas nem sempre uma subida abrupta. Na conferência de imprensa realizada ontem, apelei aos residentes de Macau que pretendem comprar casa para considerarem melhor as suas capacidades económicas e, ainda, se vão conseguir aguentar a actualização das taxas de juro no futuro.

De acordo com um estudo efectuado recentemente por algumas instituições académicas, verifiquei que a reivindicação mais urgente da população de Macau é a habitação. Mas segundo os dados estatísticos, a maioria dos residentes de Macau tem habitação própria. Mas atendendo ao desenvolvimento económico registado, verifica-se que os nossos jovens enfrentam muitas dificuldades neste âmbito.

Aproveito a oportunidade de hoje para me referir aos assuntos relacionados com os jovens. De acordo com as opiniões recolhidas, existem de facto as duas ideias seguintes: uma é que alguns jovens, depois de finalizarem os seus estudos, querem logo comprar, o mais cedo possível, uma habitação, pois olham para a subida abrupta dos preços dos imóveis, registada nestes últimos anos, e ficam muito preocupados com a sua eventual incapacidade para adquirir uma habitação no futuro, e querem comprá-la o mais rápido possível; e a outra é que alguns jovens não pensam em comprar casa tão rapidamente, uma vez que entendem que as gerações anteriores conseguiram comprar casa só ao fim de muito tempo de trabalho, por isso, convivem normalmente com a partilha de casa com os outros membros da família, arrendam casa ou então procuram outras soluções, contudo, o facto é que a habitação é o problema que dá mais dores de cabeça aos jovens. Os vários estudos efectuados demonstram que os jovens estão verdadeiramente preocupados com a sua capacidade de adquirir uma casa no futuro, por isso, na sua perspectiva é premente que o façam rapidamente.

Para além das habitações públicas, no relatório das LAG que anunciei ontem, refere-se expressamente que são cerca de 39 000 a

40 000 as famílias que podem aceder à habitação pública, a Lei da Habitação Económica também já foi aprovada pela Assembleia Legislativa, e define explicitamente todo o processo. As habitações sociais destinam-se às famílias que auferem rendimentos mais baixos, com vista a dar continuidade ao apoio a estas famílias, e também para elas se define, no relatório das LAG apresentado ontem, a medida de isenção de rendas, medida esta que se destina a apoiar as famílias das camadas de base, para que consigam viver em condições mais estáveis.

Nos últimos tempos, muita gente tem exigido o lançamento de medidas como “terrenos de Macau destinados apenas aos seus residentes”, para que os cidadãos que não têm capacidade de adquirir uma casa no mercado privado possam fazê-lo no futuro, comprar uma casa nesses terrenos, por isso, desejam que em Macau se introduzam cláusulas limitativas, tais como, definições claras, normas, e regimes para a venda e revenda de fracções, entre outras, pois nada disto existe nos nossos diplomas, nem nos vigentes nem nos anteriores.

O Governo já procedeu a um estudo prudente sobre a matéria, uma vez que o Governo Central aprovou já o pedido dos cinco novos aterros, e a concessão de um deles, com uma área de cerca de 137 hectares, foi já posta a concurso público. Na realidade, o desenvolvimento urbanístico e o planeamento das zonas da cidade têm como objectivo principal melhorar a qualidade de vida da população. Portanto, quanto aos planos para o futuro, já assumimos e divulgámos a promessa de que nesses cinco novos aterros não existirá nenhum elemento ligado ao sector do jogo, que parte dos terrenos vai ser destinada à construção de habitações e instalações públicas, e que um deles será reservado, para que a população de Macau possa ter mais opções.

A exigência “terrenos de Macau destinados apenas aos seus residentes” não passa, neste momento, de um conceito, não é uma medida a aplicar. Quando surge um novo conceito, normalmente, é necessário proceder a estudos profundos, contudo, já recolhemos vários dados estatísticos, por exemplo, a consulta das normas sobre esta matéria definidas por outros países e regiões, e até mesmo a actuação de organizações internacionais, tal como o Banco Mundial. Recebi mesmo uma sugestão, que talvez seja discutida em breve. Acredito que o Sr. Secretário Lau vai fazer alguma coisa em relação a esta sugestão. Se um cidadão beneficiado pelo regime da habitação pública pretender comprar uma habitação privada, 40% das receitas da sua família vão ser utilizadas para pagamento da prestação de amortização. Será esta percentagem adequada? Isto também merece a nossa ponderação.

Porque pensamos nisto? Porque constatámos que, agora, os prazos para as amortizações de 25 anos, 30 anos ou até 40 anos, são muito longos. Já entrámos em contacto com os bancos, para discutir estes prazos tão longos, e sugerimos a possibilidade de se aumentar a percentagem da prestação para mais de 40% das receitas familiares... claro que os prazos dependem das receitas familiares, e francamente, é a capacidade económica da família que determina as suas despesas. A falta de dinheiro muitas vezes provoca conflitos nas famílias, que afectam os sentimentos e a harmonia familiar. Portanto, numa perspectiva de longo prazo, é melhor estudar a fixação de... neste momento, o mercado imobiliário não reflecte a situação real, uma vez que a tendência é como as ondas, ou seja, há subidas e descidas, e a taxa de juros não pode ficar sempre em baixo.

Pelo exposto, vamos tomar as medidas seguintes: após a

conclusão das 19 000 fracções no próximo ano, abre-se novamente a candidatura para as habitações sociais e económicas, no sentido de nos inteirarmos da realidade, de termos dados reais para proceder à reserva de alguns terrenos nos cinco novos aterros. O Governo vai estudar, com seriedade, as soluções necessárias para permitir que os cidadãos de Macau vivam com estabilidade e sem preocupações com a habitação. Para além disso, permite-se que os jovens de Macau não se preocupem com a incapacidade de comprar uma habitação hoje, devido à subida abrupta dos preços dos imóveis. Se tivermos terrenos suficientes, vão conseguir comprar uma habitação no futuro. No relatório das LAG que anunciei ontem, refere-se que os requisitos para a candidatura à habitação pública foram reduzidos, e que podem mesmo ser adquiridas habitações económicas.

Após o debate das LAG, o Governo vai proceder a um estudo profundo sobre o que referi há pouco, ou seja, os terrenos devolutos, questão a que a população de Macau presta grande atenção. Neste momento, inicia-se ao processo de recuperação para a declaração de caducidade do contrato de concessão de 25 terrenos. Claro que estes terrenos têm de seguir os trâmites do processo jurídico, mas o Governo está determinado na recuperação destes terrenos para efeitos de reserva. Macau é uma sociedade de Direito, e essa recuperação deve ser feita de acordo com a lei.

Há pouco falei sobre o nosso futuro, nomeadamente, sobre a questão da habitação, assunto em relação ao qual toda gente dá grande atenção. A minha conclusão é no sentido de desejar habitação para todos e bem-estar para todos, no sentido de que a população de Macau, nomeadamente os jovens, consiga ter um plano de vida para o futuro, sem preocupações com a habitação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

O jogo tem sido o sector pilar do rápido desenvolvimento da nossa economia, enquanto os outros sectores se têm mantido em estagnação. Mas para manter o desenvolvimento sustentável de Macau, é urgente diversificar a nossa economia. E essa diversificação exige um grande número de quadros qualificados. O Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia formou muitos quadros qualificados para o ramo industrial, e ajudou muitos residentes na obtenção da sua qualificação profissional. Um sucesso conhecido por todos! Mas parece que a política daquele Centro foi recentemente alterada, desviando-se do objectivo do seu estabelecimento, pois tem vindo a organizar, essencialmente, cursos na área da gestão comercial, como qualquer outra instituição educativa sem fins lucrativos.

O Centro só se preocupa em angariar o maior número de alunos possível no mais curto espaço de tempo, esquecendo-se por completo da sua missão de liderar o sector industrial rumo ao progresso.

Na verdade, a insuficiência de recursos humanos já afectou o progresso de diversos sectores, por isso, torna-se impossível pensar no desenvolvimento de novos sectores. O desenvolvimento saudável de qualquer cidade depende do pessoal da área da gestão mas também, e muito, dos técnicos especializados. O Governo dispõe de

algum plano de longo prazo para a formação de quadros qualificados? Como é que vai satisfazer as necessidades decorrentes da diversificação económica? Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Lau Veng Seng.

No que toca aos problemas que surgiram com os cursos realizados pelo Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM), devo dizer que este centro tem como objectivo prestar apoio às empresas e instituições por forma a aumentar a sua produtividade, competências científicas, organizacionais e de gestão. Tendo em conta o que me acabam de dizer, irei reunir-me com o Sr. Secretário Tam Pak Yuen para encontrarmos uma solução. Reconheço que o Governo não pode fazer concorrência aos institutos de formação privados. No entanto, Macau é um pequeno território e necessitamos de decidir se devemos optar por soluções de formação cujos esforços estejam coordenados entre si ou sejam concorrenciais. Para tal, será necessário estudar o assunto e falar com todas as partes interessadas.

Pretendemos investir na promoção socioeconómica dos residentes de Macau, oferecendo-lhes oportunidades de formação adicional para todos aqueles que não tiveram oportunidade de terminar os seus estudos secundários e desejem, por exemplo, inscrever-se no ensino superior. Já existe a possibilidade dos residentes se inscreverem no ensino recorrente para obterem as qualificações necessárias para ascender profissionalmente nas suas carreiras.

O Governo está empenhado em ajudar todos aqueles que desejem aperfeiçoar os seus conhecimentos e competências mas esse investimento tem de ser gerido com as empresas e os trabalhadores pois se por um lado as empresas têm a responsabilidade social de incentivar e apoiar o desenvolvimento profissional dos seus trabalhadores, por outro, os trabalhadores têm de demonstrar interesse e receptividade para investir na sua própria progressão profissional.

A contribuição do Governo para incentivar a formação profissional da população de Macau passará não apenas pela elaboração de políticas e distribuição de recursos mas também pela oferta de oportunidades de formação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Cheang Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Boa tarde.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

De acordo com a comunicação social, o comboio intercidades –

Cantão/Zhuhai – vai começar a circular, a partir dos finais do presente ano, no troço de Zhuhai. Prevê-se, pois, um aumento dos turistas na fronteira das Portas do Cerco. O Governo da RAEM afirmou que, futuramente, a nova fronteira entre a província de Cantão e Macau será de auxílio à fronteira das Portas do Cerco, divergindo para a nova os turistas vindos do comboio intercidades Cantão/Zhuhai, mas são precisos, no mínimo, vários anos para a construção dessa nova fronteira.

Assim sendo, pergunto o seguinte ao Sr. Chefe do Executivo: prevê-se que, no próximo ano, iremos ter mais turistas que vão passar pelas Portas do Cerco. Como é que o Governo da RAEM vai aumentar a eficácia dos serviços de imigração para fazer face ao aumento do fluxo de turistas? Mais, o Governo tem algum plano de construção em concreto para a nova fronteira entre a província de Cantão e Macau? Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Estamos todos preocupados com a melhoria dos serviços prestados pelos Serviços de Fronteiras. Estamos a envidar esforços, em colaboração com as entidades de Guangdong e Zhuhai, para aperfeiçoar o sistema de gestão dos postos fronteiriços bem como o fluxo de passageiros.

Existem, actualmente, nos postos fronteiriços da RAEM, 179 entradas automáticas que irão, num futuro próximo, passar a ser 243. Estamos também a negociar o alargamento do horário de funcionamento das fronteiras e esperamos que o novo horário seja definido, por despacho, no início do próximo ano. Estamos igualmente a aperfeiçoar o sistema electrónico de controlo do fluxo alfandegário de pessoas nos postos fronteiriços e criámos um grupo de trabalho para melhorar as condições oferecidas pelo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco. É possível que seja necessário de criar um novo posto fronteiriço entre Guangdong e Macau para aliviar a pressão existente nos Postos Fronteiriços de Gongbei e Portas do Cerco. Já criámos um grupo de trabalho misto, que inclui responsáveis da província de Guangdong, para analisar este projecto que se insere no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau e dirigimos pedidos oficiais aos Ministérios e Comissões do Governo Central. Também já se realizaram várias reuniões de trabalho com responsáveis do Ministério da Segurança Pública, da Administração-Geral das Alfândegas e da Administração-Geral de Supervisão de Qualidade. O início do projecto está dependente do despacho do Governo Central que esperamos receber a qualquer momento. Quer a província de Guangdong, quer a administração de Macau estão empenhadas em resolver estes problemas de forma célere. É tudo o que vos posso dizer no presente momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

Refere-se no relatório das LAG de ontem que “o Governo da RAEM tem implementado várias medidas de apoio ao desenvolvimento das PME, designadamente no que se refere ao melhoramento das condições de exploração comercial e ao apoio dado nas áreas financeira e dos recursos humanos”. E ainda que

“no próximo ano, continuaremos a aproveitar, da melhor forma, as nossas vantagens, e a dinamizar todas as forças interventivas da sociedade. Empenhar-nos-emos na construção de um centro mundial de turismo e lazer, na aceleração da diversificação adequada da economia, na criação de melhores condições para o desenvolvimento das empresas locais...”

É verdade que o Governo tem lançado várias medidas para apoiar as PME, mas as actuais políticas de recursos humanos não conseguem resolver, de forma séria, o grave problema da falta de mão-de-obra, que é o maior impedimento para a exploração e desenvolvimento das empresas locais e para o investimento estrangeiro, afectando assim o desenvolvimento económico de Macau.

Sr. Chefe do Executivo. Como é que avalia a actual situação dos recursos humanos em Macau? O que é que pensa sobre as actuais políticas de recursos humanos? Tendo em conta o futuro do desenvolvimento económico de Macau, vai reajustar as actuais políticas de recursos humanos? Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Kou Hoi In.

O desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs) é uma preocupação de todos nós. Desde 2003 que o desenvolvimento da indústria do jogo em Macau tem vindo a contribuir para a expansão de outros sectores entre os quais a hotelaria, a restauração, o comércio, e também o sector das Reuniões, Incentivos, Convenções e Eventos (MICE, na sigla inglesa) e organização de eventos desportivos e de grande entretenimento, entre outros.

O problema com que nos deparamos continua a ser o da falta de recursos humanos. A população activa do território é composta por cerca de 344 000 trabalhadores residentes e 109 000 trabalhadores não residentes (TNR). Existem, portanto, dois desafios sobre os quais nos devemos debruçar: criar um mercado de trabalho que vá ao encontro das expectativas dos trabalhadores residentes e melhorar as competências dos trabalhadores locais para responder à procura desse mercado.

O Sr. Secretário Tam Pak Yuen já teve a oportunidade de implementar várias medidas de apoio à contratação de trabalhadores não residentes pelas PMEs de Macau. Se as medidas implementadas forem insuficientes para resolver o problema, devemos voltar a analisar a questão para melhorar o sistema. É igualmente importante realizar acções de formação para capacitar os trabalhadores residentes de forma a facilitar a sua entrada e promoção no mercado de trabalho. Existirão, no entanto, muitas profissões que não atraem os trabalhadores residentes de Macau e será necessário contratar trabalhadores não residentes para satisfazer essas necessidades do mercado. Devemos articular esforços na área dos recursos humanos para permitir o desenvolvimento das PMEs no contexto económico actual do território caracterizado pela aceleração económica. Lembro que a inflação que se verificou em Macau nos últimos anos, resultou da inflação externa.

As gestões e desenvolvimento das PMEs apresentam desafios específicos e tudo o que o Governo pode fazer é criar políticas e implementar medidas de apoio a este tipo de empresa, particularmente no que toca aos recursos humanos. O Sr. Secretário

Tam Pak Yuen poderá responder mais detalhadamente a esta questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

Os trabalhos relativos ao desenvolvimento do sistema político foram todos finalizados este ano, garantindo-se, assim, o desenvolvimento estável do nosso sistema político nos próximos anos. Portanto, a sociedade deve agora centralizar os seus esforços nas tarefas relacionadas com a economia e com a vida da população. A inflação externa está mais moderada, mas os preços dos produtos continuam a aumentar bruscamente; desconhecemos ainda quais vão ser as consequências que as economias da China Continental e do resto do mundo vão acarretar para o jogo; a diversificação da nossa economia está ainda muito longe; e a insuficiência de recursos humanos e o aumento dos custos de exploração dificultam a sobrevivência das PME. Esta série de problemas está a impedir o desenvolvimento da nossa sociedade. Sr. Chefe do Executivo, o que é que o Governo pensa sobre a promoção da diversificação adequada da economia? Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

São claras para todos os presentes as prioridades do desenvolvimento de Macau: transformar o território num centro internacional do sector do Turismo e Lazer e numa plataforma de prestação de serviços de apoio à cooperação económica e comercial entre a China e os Países Lusófonos. Pretendemos, igualmente, promover a diversificação da economia de Macau integrando-a no desenvolvimento sustentável de toda a região. O sector do jogo contribuiu significativamente para o desenvolvimento da economia de Macau nos últimos 13 anos, mas todos concordamos que não podemos depender exclusivamente desse sector. É, por isso, crucial diversificar as actividades económicas dentro do território.

Apesar dos planos de investimento da indústria do jogo se centrarem em projectos de grandes dimensões, esta indústria também tem, ainda que indirectamente, contribuído para o desenvolvimento de outros sectores económicos como a hotelaria, restauração, comércio, lazer bem como os sectores das Reuniões, Incentivos, Convenções e Eventos (MICE) e da organização de eventos desportivos e de grande entretenimento. Todos estes sectores são de extrema importância para o desenvolvimento da economia de Macau porque abrem o leque de oportunidade de emprego dos residentes de Macau. Para poderem aceder aos cargos de gestão intermédia e superior destes sectores, os residentes de Macau necessitam, no entanto, de possuir formação adequada.

Recentemente, tive a oportunidade de me reunir com os responsáveis de algumas das empresas do jogo implementadas no território sobre as medidas necessárias para o recrutamento e progressão na carreira dentro da estrutura interna da empresa dos residentes locais para que estes tenham acesso aos cargos de direcção. Precisamos de continuar a insistir nesta questão para melhorar as perspectivas de emprego e carreira dos residentes de Macau. Algumas destas empresas estão a financiar centros de formação especificamente para o sector que irão permitir aos seus

empregados obter as qualificações necessárias para progredirem nas suas carreiras profissionais. O Governo tudo fará para certificar a qualidade destes cursos e apoiar os trabalhadores que desejam receber mais formação profissional.

O Governo está também a envidar esforços para diversificar a economia e temos acompanhado de perto os investimentos que estão a ser feitos nos sectores das Reuniões, Incentivos, Convenções e Eventos (MICE), da Medicina Tradicional Chinesa e das indústrias culturais e criativas na Ilha de Hengqin, em Zhuhai e em Nansha - Guangzhou que seguem as directrizes prescritas pelas Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas em articulação com os seus parceiros regionais pois o principal objectivo do Governo é proporcionar aos residentes do território mais oportunidade de emprego e progressão profissional.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Segundo o recente Relatório das Linhas de Acção Governativa, o Governo vai reforçar, em 2013, a sua fiscalização sobre o sector do jogo, nomeadamente, os casinos, e continuar a cumprir com rigor as disposições constantes do “Regime de prevenção e controlo do tabagismo”, isto é, para o ano, os casinos só podem criar zonas autorizadas para o consumo de tabaco mediante apresentação do respectivo pedido. Dou o meu apoio a esta norma, uma vez que consegue salvaguardar a saúde dos trabalhadores do sector do jogo e disponibilizar aos clientes um melhor ambiente.

Mas o despacho que determina os critérios para o controlo do tabagismo nos casinos foi publicado apenas nos finais de Outubro. Devido à limitação de tempo e ao funcionamento contínuo dos casinos, o que é que os serviços vão fazer para garantir que estes ajam de acordo com as orientações? A data de implementação do controlo de tabagismo nos casinos foi adiada por um ano, relativamente à data fixada para os espaços públicos, situação que poderá ter levado o público a pensar que os casinos não estão sujeitos ao controlo da referida lei. Com vista a esclarecer as dúvidas dos clientes, como é que os serviços competentes vão desenvolver os trabalhos de sensibilização sobre a lei? Vão os inspectores realizar a devida fiscalização nos diversos casinos? Como é que se vai assegurar que os trabalhos de fiscalização não interferem com o funcionamento dos casinos nem lhes causam prejuízos? Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Sra. Deputada Leong On Kei.

A República Popular da China assinou a Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em Janeiro de 2006 e, em Março desse mesmo ano, o então Chefe do Executivo decidiu estender as disposições dessa Convenção ao território de Macau. Um dos princípios da Convenção é a proibição de fumar em recintos públicos fechados. A aplicação da Lei do Controlo do

Tabagismo nos casinos começou a 1 de Janeiro de 2013 e está a decorrer de acordo com o previsto. A Lei permite a discriminação de áreas nos casinos para fumadores e não-fumadores, sendo que a área atribuída aos fumadores não pode ser superior a 50% do espaço total. Gostaria de lembrar que o novo Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo foi aprovado sem votos contra pela Assembleia Legislativa e bem recebido pela sociedade.

As medidas que deverão ser adoptadas pelo sector do jogo nas suas salas já foram publicadas por despacho do Chefe do Executivo e esperamos que sejam implementadas nos próximos dois meses. Todos concordamos que estas medidas irão defender a saúde dos trabalhadores do sector do jogo, dos turistas que nos visitam e até da população de Macau e, conseqüentemente, acreditamos que iremos unir esforços para aplicar a lei. Certamente que os Serviços de Saúde de Macau irão reflectir sobre os avisos feitos pela Sra. Deputada Leong.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

Sr. Chefe do Executivo:

A inclinação das políticas para o sector do jogo e do imobiliário, e a falta de controlo, levaram ao crescimento acelerado da economia e do PIB *per capita* e ao aumento das receitas públicas, deste a liberalização do jogo. Mas o aumento dos salários dos trabalhadores e das receitas das PME é inferior ao preço dos imóveis e dos produtos. Uma grande parte das receitas financeiras transforma-se em activos das empresas e dos agentes de alguns ramos de actividade, o que conduz a que os rendimentos da população não consigam acompanhar o aumento dos preços da habitação e dos custos do dia-a-dia, levando ao alargamento do fosso entre pobres e ricos e à insatisfação da população. Estes não são os frutos do desenvolvimento económico que a população pretende partilhar.

Sr. Chefe do Executivo, o que é que pensa sobre os resultados alcançados? Na minha opinião, o principal objectivo do impulsionamento do desenvolvimento económico é permitir que todos os cidadãos vivam tranquilos e trabalhem com alegria. Sr. Chefe do Executivo, face aos elevados preços dos imóveis e dos produtos, e ao fraco poder de compra dos cidadãos, de que planos dispõe nas Linhas de Acção Governativa para responder às exigências de habitação e conforto, e de melhoria de qualidade de vida dos cidadãos, a fim de estes poderem partilhar dos frutos do desenvolvimento económico? Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

A pergunta da Sra. Deputada Kwan revela a sua preocupação com os preços do mercado imobiliário e o direito à habitação dos cidadãos de Macau. Como já tive oportunidade de explicar ao Sr. Deputado Chan Meng Kam, o Governo pretende que todos os residentes de Macau tenham boas condições de vida e trabalho e para isso precisamos de lhes poder oferecer habitação condigna.

Apesar dos problemas do mercado financeiro internacional que afectaram directa e indirectamente a economia local, conseguimos proporcionar aos cidadãos de Macau uma vida confortável e oferecemos-lhes a possibilidade de aceder ao mercado imobiliário público e privado.

As opiniões podem divergir sobre a qualidade de vida dos habitantes de Macau mas, é inquestionável que, nos últimos 13 anos, houve uma melhoria considerável das condições de vida no território. Desde o período de estagnação económica que caracterizou os últimos anos da administração portuguesa até à liberalização do sector do jogo em 2003, Macau assistiu a um importante desenvolvimento económico e social. Com o apoio do Governo Central foi possível superar a insegurança que se vivia no território e alcançar maior prosperidade económica. Na minha opinião, os resultados conquistados até ao momento merecem o nosso aplauso.

Acontece, por vezes, que as políticas de incentivo ao desenvolvimento trazem contrapartidas menos positivas. O Governo esforça-se para proporcionar bem-estar aos habitantes do território e não pode centrar-se exclusivamente na construção e distribuição de habitação social, é necessário considerar outras opções.

Os sectores do jogo e do imobiliário tiveram, nos últimos 13 anos um importante papel no desenvolvimento da economia de Macau criando inúmeras oportunidades de emprego. As grandes empresas destes dois sectores têm uma responsabilidade social de contribuir para o bem-estar dos residentes de Macau, oferecendo-lhe oportunidades de emprego e também de formação ao longo da vida para que os seus trabalhadores possam progredir nas suas carreiras. Uma das formas de lidar com a inflação do território é aumentar os salários dos trabalhadores de Macau e estas empresas podem, desde que tenham lucros, partilhar os dividendos com os seus trabalhadores. Várias pessoas com quem falei, dizem-me que isto já está a acontecer mas não tenho confirmação oficial. Também se espera que em tempos de contracção económica os trabalhadores ajudem as empresas a manter as suas posições no mercado.

No que toca ao trabalho do Governo, e tal como descrevemos nas Linhas de Acção Governativa (LAG) divulgadas ontem, desde que a economia seja favorável, iremos partilhar os resultados económicos com a população. Muitas das medidas planeadas são a curto-prazo, mas estamos empenhados em estabelecer mecanismos permanentes nas áreas da educação, saúde, benefícios e segurança social. Os nossos planos de desenvolvimento económico a médio e longo prazo incluem a distribuição regular de apoios à população e apelo às grandes empresas de Macau que sigam o exemplo do Governo e distribuam entre os seus trabalhadores os lucros dos seus resultados positivos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

A minha pergunta é como se resolve as dificuldades de acesso a

creches e à educação infantil. Nestes últimos dez anos, as turmas pequenas implementadas pelo Governo apresentaram grande sucesso. Isto deveu-se à redução do número de alunos, o que favoreceu a respectiva implementação, todavia, devido ao aumento do número de bebés, a necessidade de creches aumentou significativamente. Hoje, é necessário lutar pelo acesso a creches e à educação infantil. Coitados dos pais! É difícil descrever, por escrito, as suas dificuldades, pois têm de andar de um lado para o outro. Devido às limitações das instalações físicas, muitas creches e jardins infantis não têm capacidade de ampliação, não podendo assim satisfazer a crescente procura. Que pena!

Sr. Chefe do Executivo, perante as dificuldades de acesso a creches e à educação infantil, de que medidas concretas dispõe o Governo para resolver a situação, nomeadamente, no âmbito dos recursos e instalações físicas?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente. Obrigado Sr. Deputado Lam Heong Sang.

O Governo de Macau e a sociedade em geral mas sobretudo os encarregados de educação estão empenhados em proporcionar um ambiente favorável ao crescimento das novas gerações. O número de recém-nascidos em Macau subiu de 4717 em 2008 para 5852 em 2011 e essa tendência de crescimento tem-se mantido.

Reconheço a existência de problemas com o número de lugares disponíveis nas creches e infantários do território, e o Governo necessita de envidar esforços para melhorar esta situação. É natural que os encarregados de educação queiram matricular os seus filhos apenas nas creches e infantários que oferecem as melhores condições educativas, mas as vagas nessas escolas são limitadas.

O Governo está a esforçar-se para melhorar os serviços prestados pelas creches e infantários e irá permitir que o número de alunos por turma passe de 25 para 28. Estamos a trabalhar para diversificar os serviços prestados e já conseguimos aumentar o número total de vagas de 3979 em 2010 para 5049 em 2012, o que equivalendo a uma subida de cerca de 26.9%. No ano lectivo de 2012/2013, o número de vagas disponíveis no primeiro ano do ensino pré-escolar, aumentou, mais uma vez, para 5800, o que representa um número razoável de lugares. Na tentativa de colocar os seus filhos nas melhores escolas de Macau, os encarregados de educação inscrevem os filhos em várias escolas diferentes pois se por acaso não conseguirem ser aceites na sua primeira opção, serem na segunda. A minha experiência anterior na área da educação permite-me afirmar que esse comportamento gera uma enorme confusão estatística em relação ao número de alunos existentes e vagas disponíveis. Será que esta questão é um verdadeiro problema de oferta dos serviços educativos de Macau ou antes uma falta de confiança nesses mesmos serviços? Independentemente da resposta, esta é uma situação de difícil resolução a curto-prazo.

Tendo em conta que a caracterização da maioria dos agregados familiares inclui dois encarregados de educação a trabalhar fora de casa, será necessário criar uma série de serviços de apoio às famílias que vão dos cuidados prestados ao recém-nascido até creches e infantário com horários de funcionamento alargados que incluam abertura nocturna, ao fim de semana e feriados e grande flexibilidade de opções de inscrição. Todas estas medidas levarão, no entanto, o seu tempo a implementar.

Estamos a trabalhar arduamente para aperfeiçoar os serviços

educativos pré-escolares do território, aumentando o número de vagas e diversificando os apoios prestados às famílias, mas iremos necessitar de mais tempo para encontrar as melhores soluções até porque parte do problema reside no alargamento do número de creches e infantários a oferecer serviços de elevada qualidade educativa que permitam às crianças aceder depois às melhores escolas primárias. O Governo também está a trabalhar para solucionar esta questão. O Governo está atento ao aumento da taxa de natalidade que aconteceu entre 2007 e 2011 e para responder cabalmente às necessidades educativas das novas gerações que estão a nascer em Macau já começou a criar um plano de construção de mais serviços educativos ou ampliação dos existentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Questões como a segurança social, saúde, educação, habitação pública, etc. foram aspectos prioritários da acção governativa durante o terceiro mandato do Governo da RAEM. O Governo recorreu à legislação, ao aperfeiçoamento de vários diplomas legais e regulamentos, à definição de políticas, à racionalização do uso do erário público e aos recursos sociais para melhorar e elevar, constantemente, a qualidade de vida da população.

Um sistema de segurança social que abranja toda a população é um dos pilares da construção duma sociedade de bem-estar. A entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro do ano passado, da Lei n.º 4/2010 (Regime da Segurança Social), constituiu um marco: a protecção de toda a população.

Em 2010, o Governo atribuiu 3 mil e 300 milhões de patacas para activação das contas individuais do Regime de Poupança Central, tendo injectado 10 mil patacas nas contas dos titulares que reuniam os requisitos definidos; e em 2011 e 2012, respectivamente, o Governo injectou mais 6 mil patacas nessas contas, o que irá também acontecer em 2013. Nos próximos quatro anos, será ainda injectado um total de 37 mil milhões de patacas ao Fundo de Segurança Social. Com a transição dum plano de curto prazo para um permanente, nomeadamente, o estabelecimento do Regime de Poupança Central no âmbito do sistema de segurança social, o Governo procurou impulsionar o aperfeiçoamento constante do sistema de segurança social.

A salvaguarda do funcionamento financeiro regular do Fundo de Segurança Social exige boa gestão e a definição de políticas e medidas de longo prazo, para se conseguirem melhorias constantes e a concretização efectiva de garantias na aposentação

Sr. Chefe do Executivo. No que respeita ao regime de segurança social para toda a população, de que novos planos dispõe? Como é que vai ser assegurado o bom funcionamento do Fundo de Segurança Social e como se vai alcançar o equilíbrio entre as receitas e as despesas? Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Sio Chi Wai.

As questões associadas com o Fundo de Segurança Social (FSS) preocupam-nos a todos, como demonstra o número de perguntas levantadas pelos Srs. Deputados. O Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) está a trabalhar para encontrar as melhores soluções. Uma das medidas implementadas está relacionada com as contribuições de 30 ou 15 patacas realizadas por trabalhadores por conta de outrem. Estamos também a envidar esforços para alargar o sistema de segurança social a toda a sociedade de Macau, e muito particularmente para beneficiar a população mais idosa pois acreditamos na generosidade interoperacional e um sistema de segurança social em que a população activa contribui para os benefícios social da população não activa, sobretudo idosa. Todos reconhecemos que o sistema de segurança social só será sustentável se tiver várias fontes de financiamento. Presentemente, o FSS está dependente da injeção de capitais realizada pelo Governo da RAEM. Queremos que a população idosa possa usufruir de reformas financiadas pelo FSS e decidimos aumentar o montante financeiro da pensão mensal para 3000 patacas. Após um longo período de análise, o relatório actuarial do Conselho do Fundo de Segurança Social, sugeriu a injeção de 37 mil milhões de patacas nos próximos quatro anos, a fim de garantir a sustentabilidade do FSS. O debate sobre a necessidade de aumentar o montante desse investimento no FSS continua e, nesta fase inicial de análise das questões relevantes ainda não nos foi possível assestar quais as percentagens das contribuições do Governo, das contribuições obrigatórias, e das outras transferências de capital.

O Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) tem pela frente uma série de trabalhos e até que esses estejam terminados o Governo financiará a sustentabilidade do FSS, assegurando a cobertura de todas as despesas e sobretudo o financiamento do sistema de pensões dos idosos. Penso, no entanto, que levará algum tempo até encontrarmos uma solução que seja socialmente abrangente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

A questão da habitação é a “batata quente” que o actual Governo da RAEM tem que resolver! Olhando para os resultados das consultas e análises levadas a cabo por instituições não governamentais, a população sempre esperou, nos últimos três anos, que as LAG referissem a “celeridade da construção das habitações públicas” e o “aumento do controlo dos preços do imobiliário”, no entanto, o Governo mantém-se firme no princípio da “habitação para todos, bem estar para todos”. Temos que reparar no seguinte: o preço médio dos apartamentos em Macau aumentou 65% desde a implementação das 10 medidas do Secretário Lau Sio Io até ao 2º trimestre deste ano e mais, há quem afirme que as 8 novas medidas também não vão conseguir ter alguma eficácia porque não resolvem, pela raiz, o problema essencial, isto é, os elevados preços dos

apartamentos. Podemos então concluir que as políticas de controlo dos preços do imobiliário são um total fracasso.

Na realidade, sugeri várias vezes ao Governo que adoptasse políticas para limitar, em quantidade, as habitações adquiridas por empresas e por não residentes, e para que pusesse em prática o conceito “terras de Macau destinadas aos residentes de Macau”, mas o Governo não me respondeu. Quanto às medidas adoptadas no território vizinho, alguns governantes duvidam dos seus efeitos na sua eventual implementação em Macau. É evidente que o Governo da RAEM assume uma posição passiva, não quer reagir perante o grande impacto dos preços altíssimos das habitações na vida da população, nem sequer quer concretizar o projecto pós 19 mil habitações públicas.

Sr. Chefe do Executivo: O Governo da RAEM vai insistir no pretexto do mercado livre para, tacitamente, consentir que no mercado imobiliário só “compra quem propõe o preço mais alto”? Vai cumprir o princípio de “evitar o importante para discorrer sobre o insignificante” no decorrer da implementação da política de controlo e da construção de habitações públicas, sacrificando os direitos e interesses de quem de facto necessita de uma habitação, incluindo a classe média? Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela pergunta do Sr. Deputado Ho Ion Sang.

A habitação é um problema que nos preocupa a todos. Desde o 3.º mandato do Governo temos envidado esforços para resolver as questões associadas com a habitação, e já apresentámos uma Proposta de Lei. Para podermos usufruir de mais oferta de habitação económica iremos considerar o uso de terrenos desaproveitados e cinco novas zonas de aterro. Estamos igualmente a ponderar uma série de medidas para a promoção sustentável do mercado imobiliário. O desenvolvimento de Macau exige um aumento da oferta imobiliária.

A crise do mercado imobiliário não afecta apenas Macau mas outros países e regiões vizinhas. O Governo da RAEM encontrou mesmo os impactos vindos dos factores externos e internos, mas vamos continuar a esforçar-se por consolidar a economia da região, nomeadamente em dois aspectos: um é garantir a segurança financeira, o segundo é proporcionar aos residentes boas condições de habitabilidade e trabalho, inclusivamente em relação aos bens de investimento e aos bens essenciais. Pensamos adoptar mais medidas, claro que devemos pensar na situação global, para a adopção da melhor medida para a resolução dos problemas que se deparam no sector imobiliário.

O imobiliário é um bem de primeira necessidade e, ao mesmo tempo, um investimento financeiro e antes de implementar medidas coercivas, necessitamos de realizar uma série de estudos. Nos últimos 50 anos, o mercado imobiliário local tem-se desenvolvido de forma irregular, com vários altos e baixos. Presentemente, o mercado está em alta e precisamos de compreender quais as necessidades futuras do território prazo. Penso que poderemos reverter a presente situação por forma a garantir que o desenvolvimento do sector decorra de forma mais equilibrada e sustentável. É, contudo, impossível refrear as regras da oferta e da procura.

O Governo prometeu construir 19.000 habitações económicas e essa promessa irá ser cumprida nos próximos três anos. Já estão em curso as obras de construção de 6.300 habitações desse tipo.

Acredito que este número de fracções bastará para responder à procura. Existem factores psicológicos que afectam o mercado imobiliário mas gostaria de assegurar todos os cidadãos de Macau que o Governo está a fazer planos e reservas de terrenos para o futuro desenvolvimento deste sector. Este tipo de problema não se resolve, no entanto, do dia para a noite. Para nos certificarmos do bem-estar da população de Macau necessitamos que o mercado imobiliário cresça de forma constante mas sustentável e estamos a trabalhar para alcançarmos esse objectivo a médio ou longo prazo. As reservas feitas para aceder a este tipo de habitação implicam já um longo tempo de espera e pois isso não queremos criar mais listas.

A maioria dos residentes de Macau acredita que quem tiver dificuldades económicas e não tiver capacidade para adquirir uma habitação no mercado imobiliário privado, poderá receber uma habitação social. O Governo propõe-se responder às necessidades dos cidadãos de forma gradual. Os primeiros passos desse processo implicam a aprovação da Lei da Habitação Pública e a definição de qual será o limite máximo dos rendimentos que permitirão usufruir deste tipo de habitação.

O mercado imobiliário privado é livre e está sobretudo dependente das flutuações da oferta e da procura. Não é o nosso objectivo controlar esse mercado e apenas interviremos se for necessário garantir a estabilidade do sector. Estamos a trabalhar para resolver os problemas do sector mas as soluções não são imediatas e temos de ser cuidadosos para evitar feitos nefastos. Partilhamos as preocupações dos cidadãos sobre os preços do sector imobiliário mas estamos a envidar esforços para que haja, no futuro, terrenos suficientes para que não seja necessário investir já na compra de uma habitação. O Sr. Secretário Lau irá apresentar em breve as nossas propostas e o plano é implementá-las o mais atempadamente possível já no próximo ano da nossa administração.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Os planos do Governo para aumentar a oferta de habitações económicas sofreu, ao longo dos últimos anos, várias alterações e penso que estão no bom caminho mas gostaria de perguntar a Sr. Chefe do Executivo qual a correlação que existe entre as directrizes definidas pelas Linhas de Acções Governativas (LAG) publicadas em 2013 e o plano descrito no presente relatório de implementação das LAG?

O Chefe do Executivo afirmou que iria aproveitar a reabertura dos concursos para habitação económica no primeiro trimestre de 2013 para estudar a procura deste tipo de habitação e tirar conclusões sobre as necessidades futuras. No entanto, os documentos da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes não fazem referência a quaisquer concursos a decorrer nos primeiros três meses de 2013. Também não é conhecida a forma como se irá, com base nesses concursos, estudar as necessidades futuras no sector imobiliário da RAEM.

Agora que os novos aterros ainda não foram adquiridos, por pequenos ou sequer grandes proprietários, é a melhor altura para criar áreas reservadas para a construção de habitação para os cidadãos de Macau. O Governo pode adoptar legislação que obrigue todos os compradores de casas em Macau a possuírem título de

residente permanente, reservar para fins de habitação económica, metade das fracções disponíveis, ou pensar em segmentos do mercado com diferentes necessidades como, por exemplo, as pessoas que compram casa pela primeira vez, os recém-casados, os idosos, as pessoas que desejam mudar para habitações mais condignas, as pessoas que compram casa para alugar a terceiros, ou até o segmento de mercado de habitação para fins temporários.

No entanto, até ao momento, as políticas do Governo ainda não foram analisadas pela Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) e a possibilidade de reservar os “terrenos locais para os residentes locais” também nunca foi mencionada pelo gabinete responsável pela gestão de solos, obras públicas e transportes. Assim, a minha pergunta é: Não será possível acelerar todos estes procedimentos?

Obrigado, Sr. Presidente.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Acho que todos nós defendemos o direito de “habitação para todos, bem-estar para todos,” muito particularmente entre a população mais jovem do território que se deparam com dificuldades financeiras para comprar casa, seja pública ou privada. Gostaria, no entanto, de assegurar o Sr. Deputado que estamos a resolver os problemas e ainda hoje de manhã tive uma longa reunião com o Sr. Secretário Lau que irá em breve explicar o ponto da situação. Numa recente conferência de imprensa, o Sr. Secretário Lau já teve oportunidade de falar os estudos que andamos a realizar sobre o mercado imobiliário e a procura de ideia inovadoras para solucionar estas questões. Ele estará disponível em breve para vos dar todas as explicações que necessitarem.

Tendo em conta que irá ser necessário cerca de 900 dias até que estejam concluídas as obras necessárias para obter 137 hectares de terras adicionais nos novos aterros que estão a ser planeado, penso que não precisamos de apressar os estudos que nos permitirão tomar as melhores decisões nesta área. Tal como sugere o Sr. Deputado Ho Ion Sang, devemos dar prioridade às preocupações mais prementes da população, mas o caminho a percorrer é longo e existem muitas dificuldades como por exemplo a existência de diplomas legais que definem as regras de compra e transmissão de terrenos. Precisamos também de reforçar os laços de cooperação entre as entidades públicas e privadas tal como acontece em outros países e regiões, pois a gestão do preço do mercado deve ser da responsabilidade das entidades públicas. Pedi ao Sr. Secretário Lau para dar prioridade a estas questões.

Entretanto, é importante explicar aos residentes de Macau, sobretudo aos mais jovens, que não faltarão casas em Macau para eles viverem e que o problema do mercado imobiliário está a ser resolvido. Se os meus ouvidos e a minha memória não me atraíam, creio que o Sr. Deputado sugeriu que se poderiam reservar para habitação económica metade das fracções disponíveis em Macau.

Essa é uma proposta interessante mas que terá de ser analisada com cuidado pois duvido da possibilidade de conseguir um consenso. Se pudermos escolher entre comprar uma habitação pública ou privada, é óbvio que a preferência será que adquirir a habitação mais económica, não?

Obrigado Sr. Presidente.

Ng Kuok Cheong: Na minha opinião, é uma boa ideia reservar metade dos terrenos disponíveis para habitação mas é importante realizar estudos de mercado para prever as necessidades futuras do território.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Já tornámos público o nosso plano de reservar cinco zonas da primeira fase do plano de criação de aterros para a construção de habitação e outras instalações públicas. Penso, no entanto, que antes de encontrar novas soluções, devemos resolver os problemas com que actualmente nos deparamos por forma a elaborar a melhor proposta possível. O Governo está a esforçar-se e para acalmar as legítimas preocupações de todos e o Sr. Secretário Lau irá, em breve, disponibilizar mais informações.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

O ensino em Macau tem registado um firme desenvolvimento, desde a transferência de soberania. Nos últimos anos, o Governo tem acompanhado as tendências da educação a nível mundial, insistindo no lema “adquirir prosperidade em Macau através do ensino” e agindo com determinação na formação de elites. No ano passado, foi elaborado o “Planeamento para os Próximos 10 anos para o ensino não superior” e, no corrente ano, com a conjugação de esforços entre o Governo e o sector educativo, foi lançado o “Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior”. Para aproveitar esta oportunidade e abrir uma nova página na história do ensino em Macau, é necessário reflectir sobre o método a empregar.

Já foram iniciados os trabalhos de implementação do referido planeamento. Os pais e o sector educativo depositam grandes expectativas na elevação da qualidade do ensino e no desenvolvimento de todas as competências dos estudantes. Sr. Chefe do Executivo, quanto ao planeamento decenal, de que medidas dispõe o Governo para elevar a qualidade do ensino em Macau? Especialmente em relação ao problema da existência de uma elevada taxa de reprovação, de que boas medidas dispõe para “ajudar os estudantes a obterem sucesso nos estudos, reduzindo a taxa de reprovação nas escolas primárias e secundárias”? Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente. Obrigada Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Considero que o Plano para os Próximos Dez anos para o Desenvolvimento do Ensino Não-Superior nos oferece uma visão para o futuro deste sector educativo. Esse plano inclui muitas medidas de apoio ao sector como, por exemplo, a redução do número de alunos por turma, o aumento do rácio professor-alunos que irá influenciar igualmente os rácios de professores por turma e de alunos por professor. No próximo ano, iremos concluir a redacção do “Quadro da Organização Curricular da Educação Regular”, estudar quais as competências académicas básicas necessárias ao

desenvolvimento da economia, rever os programas curriculares e financiar obras de melhoria das instalações escolares. Além disso, iremos continuar a participar nas avaliações internacionais, como o teste PISA. Para promover o desenvolvimento deste sector, reservámos um terreno nos novos aterros para construir instalações para a educação e juventude.

A Sra. Deputada Ho Sio Kam levantou, na minha opinião, uma questão pertinente que merece a nossa reflexão: Por que razão continuamos a ter uma taxa de reprovação escolar tão elevada quando comparada com outras regiões e países? Segundo os dados estatísticos que recolhemos, no ensino primário a percentagem de estudantes que reprova no final do ano lectivo atinge os 4.2%, no ensino secundário geral chega aos 11.8% e no ensino secundário complementar aos 4.8%. A percentagem mais elevada situa-se, como referiu a Sra. Deputada Ho Sio Kam no ensino secundário geral. Uma das nossas prioridades é reduzir estas percentagens pois não pretendemos que os 15 anos de Educação Gratuita sejam de 16 ou mais anos. Desde há muito que tentamos solucionar este problema e precisamos de nos perguntar como é que podemos unir esforços para resolver o problema, tal como sugere a Sra. Deputada. Precisamos também de ter em consideração que mais de 90% das escolas do ensino não-superior ou são privadas ou são geridas por associações, o que significa que o Governo dispõe de um número muito reduzido de estabelecimentos de ensino públicos sob a sua alçada directa. No que diz respeito à qualidade do ensino e aos métodos pedagógicos, tal como ainda referiu a Sra. Deputada Ho, as escolas têm responsabilidades, que devem assumir. O Governo não pode intervir directamente na gestão escolar. A única responsabilidade que nos compete é apoiar as medidas adoptadas pelos conselhos directivos escolares. Devemos, por isso, perguntar às escolas quais são os seus planos para melhorar a qualidade do seu ensino.

As opiniões das pessoas em relação ao sector da Educação não são consensuais. Há quem acredite que Macau necessita de ter um exame de admissão à universidade uniforme que permita avaliar os alunos segundo os mesmos critérios de avaliação, outros acham que deveria existir um sistema de critérios de avaliação comuns a todas as escolas, e há ainda pessoas que defendem a necessidade de avaliar os professores. Na minha opinião, com a qual poderão discordar, a avaliação do sistema de ensino não pretende exercer pressão sobre os professores e alunos ou as administrações das escolas mas sim para saber se foram alcançados os objectivos da missão educativa e encontrar soluções para melhorar todo o processo de ensino. Os professores têm de acompanhar o desenvolvimento social a adaptar os seus métodos e práticas lectivas à actualidade. Será que é focar toda a atenção no processo de avaliação do sistema ou devemos olhar para outros factores como o papel dos pais e das escolas na motivação dos alunos? O Governo já decretou a redução do número de alunos por turma mas verificámos que depois de sair das escolas, os alunos frequentam centros de explicação pois muitos dos pais trabalham e delegam nesses centros a responsabilidade de tomar conta dos seus filhos. Assim, outra questão com a qual nos devemos preocupar é a qualidade educativa dos muitos centros de explicação que existem em Macau. Acredito que alguns destes centros contribuíam para a melhoria do desempenho dos estudantes nas escolas, mas tendo em conta que alguns até oferecem jantar aos alunos, parece-me que funcionam mais como instituições às quais os encarregados de educação confiam a guarda dos seus filhos até os poderem ir buscar depois de terminar o seu dia de trabalho. Talvez a Sra. Deputada Ho possa fazer uso da sua relação especial com várias escolas para indagar informalmente a opinião das partes interessadas e formas de implementação. Em que áreas devemos intervir: na

responsabilidade parental, na formação de docentes, no número de alunos por turma, nos sistemas de avaliação?

É inegável que um bom professor irá formar um bom aluno, mas existem outros factores a considerar e muito deles são altamente sensíveis. É, por isso, importante analisar a questão cuidadosamente até porque não existem estudos anteriores sobre os quais nos possamos apoiar. A gestão das escolas é autónoma e até as acções de formações são internas e acredito que é altura de começar a abrir as escolas para permitir a realização de estudos mas não tenho nenhuma proposta para como proceder.

Fico no entanto feliz que se tenha falado sobre o assunto nesta sessão pois antes de resolver os problemas é preciso encará-los. Temos as escolas com as mais elevadas taxas de reprovação do mundo, pelo que precisamos de agir para alterar essa situação. É uma das minhas prioridades e irei falar com o Sr. Secretário Cheong U para encontrarmos, em colaboração com a DSEJ, resposta para este problema que já é antigo. Nota-se, no entanto, uma diminuição no número de alunos que reprovam e se formos analisar os resultados do teste PISA, os alunos de Macau são bastante bons.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Intervalo)

Presidente: Vamos retomar os trabalhos da sessão. Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

O problema que quero apresentar diz respeito aos salários. Nos últimos 12 anos, a mediana do rendimento mensal duplicou, mas os preços da habitação e dos produtos aumentaram até 10 vezes, estimo eu. O rendimento por salário ocupa cada vez menos percentagem no PIB local, pelo que o incremento salarial não consegue acompanhar o aumento dos preços. Quero perguntar ao Chefe do Executivo, se vai implementar algumas medidas efectivas, como por exemplo, a criação do salário mínimo, a coordenação entre a oferta e procura de recursos humanos, as reformas tributárias, bem como acabar com monopólio etc., para que possamos deixar os trabalhadores auferir um rendimento melhor, ou até duplicar novamente. Os funcionários públicos fazem parte da entidade laboral, pelo que pergunto se vai aumentar os seus salários para o próximo ano? Penso que o Chefe do Executivo tem muita capacidade, deve aumentar o salário.

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Penso que as pessoas estão muito atentas aos problemas que as rodeiam, sobretudo à taxa de inflação. Ao mesmo tempo, os estudos realizados sobre o desenvolvimento económico nos últimos 13 anos relevam uma melhoria considerável da qualidade da vida, especialmente das classes mais carenciadas e da classe média. O Sr. Deputado Lee Chong Cheng levanta uma questão pertinente sobre a qual existem muitas opiniões críticas. O Governo está atento a essas preocupações dos trabalhadores.

O rendimento médio mensal dos residentes do território era de 13 mil patacas no terceiro trimestre do ano. Os trabalhadores esperam, natural e legitimamente, que os seus salários sejam aumentados regularmente. O Governo adoptou medidas para melhorar esta situação. Estamos a apostar na educação e formação, sobretudo das pessoas que não tiveram oportunidade de terminar os seus estudos secundários. Esperamos que depois de terminarem os seus estudos através do ensino recorrente, essas pessoas continuem a fazer formação profissional ou até inscrever-se num curso superior para aumentar as suas possibilidades de progressão na carreira.

Detectamos também um problema na avaliação dos rendimentos das classes trabalhadoras e média. Presentemente, devolvemos 60% das taxas cobradas a todas os agregados familiares que declarem rendimentos de 12 mil patacas, ou menos. O Director do Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, Dr. Lau, está a realizar vários estudos para encontrar novas soluções para determinar os níveis de rendimentos de cada uma das classes sociais de Macau. Assim que esses estudos permitirem gerar conclusões poderemos definir índices de rendimento diferentes para as várias classes sociais que tenham em conta diversos factores incluindo habilitações académicas, tipo de habitação, etc. Acredito que a mudança de critérios de avaliação dos índices de rendimento irá permitir que um maior número de agregados familiares possa aceder aos benefícios disponibilizados pelo Governo. Nos últimos 13 anos, implementamos medidas a longo-prazo para melhorar as condições de vida dos residentes e promover o desenvolvimento económico de Macau. No futuro, e para continuar a oferecer aos residentes as melhores condições de vida, iremos centrar-nos nos sectores da Educação, Saúde, Segurança e Previdência Social, etc. Os nossos esforços incluem facilitar às pessoas condições para ascenderem profissionalmente nas suas carreiras. Estamos também a envidar esforços para melhorar a qualidade da gestão administrativa.

Em relação à pergunta sobre o aumento salarial dos funcionários públicos, gostaria de lembrar que o mecanismo incluído nas LAG do ano passado de que já vos falei permite que a decisão sobre o aumento dos salários seja tomada após avaliação do Conselho. O Conselho deverá enviar-me uma proposta de aumento para que o Governo possa dar seguimento à questão. Até ao momento ainda não recebi nenhuma proposta mas assim que isso acontecer, iremos estudá-la.

Penso que não será necessário apelar às empresas privadas para aumentarem os seus salários como foi sugerido. Pessoalmente, acho que, quer as empresas públicas, quer as privadas, devem aumentar os seus salários mas precisamos de ouvir a opinião do Conselho até porque este ano a taxa de inflação foi de 6% mas, no mês passado, foi ligeiramente inferior a essa média, tendo-se situado na casa dos 5%. Podemos estudar as flutuações da taxa de inflação e tentar implementar medidas que permitam colmatar os seus efeitos. Aumentar os salários ou os subsídios é uma das medidas que podemos tomar e estou por isso bastante optimista.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Reparei numa frase, constante do relatório das LAG, em que o Sr. Chefe do Executivo declarou: “Vivemos hoje numa sociedade que se tem vindo gradualmente a diversificar, impulsionada pelas novas tecnologias e com acesso as novas informações divulgadas na *Internet*. Neste contexto, os jovens não podem deixar de crescer num ambiente complexo e diversificado...” De facto, tenho o mesmo sentimento. Francamente, o avanço da tecnologia trouxe-nos muitas vantagens, assim como muita diversidade. Nos últimos dez anos, temos utilizado o teclado em vez da caneta, e guardamos os dados não na nossa memória, mas sim no disco rígido, a *Internet* é hoje em dia um local de convívio para todos nós, e com a passagem dos tempos, a nossa cultura tem-se alterado. O que me deixa bastante impressionado é o nível da caligrafia dos jovens, que começam logo desde muito cedo a utilizar o teclado em vez da caneta, e só quando começam a trabalhar é que se apercebem que a sua caligrafia não passou do nível infantil. Os mais idosos dizem que a caligrafia revela a personalidade das pessoas, ditado que, hoje em dia, já não é bem assim! As promessas na *Internet* dificilmente são cumpridas, e as afirmações são normalmente emitidas por pessoas que usam uma alcunha (*nickname*) em vez do seu nome verdadeiro. Por isso, temos dificuldade em saber quem é o autor das afirmações, e nunca podemos pensar que as promessas vão ser cumpridas.

Para além disso, assumir a promessa está sempre na boca dos chineses, mas, no mundo real, é difícil honrar o que é prometido. O nome usado nas mensagens da *Internet* normalmente não é real, é um *nickname*, não é fácil, assim, confirmar quem está a escrever, por isso é difícil assumir as promessas feitas.

Sr. Chefe do Executivo, atendendo ao avanço da tecnologia, como é vamos conseguir manter e proteger a nossa cultura e tradições? Quanto ao ensino, como é que vão ser desenvolvidas as capacidades dos jovens e, em simultâneo, o que se vai fazer para que sejam os sucessores da nossa cultura e tradições? Qual é a sua opinião sobre isto? De que medidas dispõe para o efeito? Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Chui Sai Peng.

O progresso tecnológico e o crescimento da *Internet* a que assistimos dos últimos 20 anos são verdadeiramente surpreendentes e, inevitavelmente, recorreremos cada vez mais a essas novas tecnologias. Sempre ouvimos dizer que a caligrafia revela a personalidade de uma pessoa e na escrita chinesa, a caligrafia é um dos elementos fundamentais do processo de escrita e que por isso mesmo merece ser transmitida às gerações mais novas. O Sr. Deputado Chui Sai Peng está legitimamente preocupado com esta questão mas a transmissão de valores entre gerações é da responsabilidade das famílias e da escola. Podemos motivar os indivíduos para se interessarem por estas questões mas para o fazer precisamos de estudar o assunto. Em conversa com as pessoas da minha geração ou até da geração anterior à minha, todos lamentamos não termos dedicado, enquanto ainda jovens, mais tempo à caligrafia. Quando eu era mais jovem tive bons professores mas na altura não dava muito valor à caligrafia e, hoje, tenho de admitir que os meus caracteres não são particularmente bonitos. Como é que podemos evitar que as gerações mais novas cometam o mesmo erro? Precisamos de encorajá-las a aprender caligrafia. Devemos ensinar caligrafia em conjunto com outras matérias. Para isso acontecer, precisamos de apoiar as escolas desde o primeiro momento em que as crianças começam a aprender caligrafia ainda antes de começarem o ensino formal. Devemos também apoiar as aulas extracurriculares

dedicadas à caligrafia. É importante criar um mecanismo de apoio sistemático, que ajude os encarregados de educação a explicar aos seus filhos que, a par de todas as outras actividades escolares e extra-curriculares em que estão envolvidos como explicações, aulas de inglês, aulas de música para estimular as competências artísticas, ou a prática de desportos como o futebol e a natação, para melhorar a sua condição física, também devem frequentar aulas de caligrafia. Como convencer os jovens a ter mais uma aula quando eles já têm tão pouco tempo livre? Muitos jovens saem das escolas e vão directamente para o centro de explicações de onde saem já bastante tarde.

O Sr. Secretário Cheong U vai conversar com o sector da Educação para saber como o Governo os poderá ajudar nesta tarefa. Tal como o Sr. Deputado Chui Sai Peng afirmou, estamos na era dos computadores e é natural que os jovens estejam mais familiarizados com um teclado do que com um pincel. Se pedirmos aos alunos para escrever algo, eles irão certamente usar o computador e só usarão a caneta para assinar o documento impresso antes de o entregar ao professor. Nestas condições é impossível aprender caligrafia — uma actividade que requer muito treino. É por isso que temos, em primeiro lugar de motivar os próprios alunos pois só assim iremos conseguir que se interessem e invistam o seu tempo nesta actividade. Este assunto merece a nossa reflexão, mas acreditamos que o papel do Governo é apenas de encorajar e financiar as escolas que desejem proporcionar aos seus alunos a disciplina de caligrafia, como cadeira opcional. Depois de estimular o interesse dos alunos, é possível que queiram continuar a estudar esta disciplina para que este aspecto tão relevante da cultura chinesa continue a ser transmitido de geração em geração.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente:

Chefe do Executivo:

Ontem quando respondeu às perguntas dos jornalistas, o Chefe do Executivo referiu que o Governo da RAEM iria pagar a atenção para os comentários sobre o desempenho. Nós sabemos que a medição e a responsabilização do desempenho são fundamentais para um Governo eficaz. Se olharmos as LAG para 2011 verificamos que as propostas de lei são agendadas em quatro fases. Em 2012 apenas a esquematização é feita em duas fases, mas para o presente ano não há nenhuma referência a calendários sobre apresentação das novas propostas. Assim está cada vez pior. No que diz respeito à lista de propostas para 2012 esta inclui a Lei do Erro Médico, e no ano passado, ou sejam dois dias antes, quando responder às perguntas dos deputados, estive aqui presente uma vítima de uma falha médica. Hoje ele também veio, mas acabou por sair devido a um problema de saúde. Quando o Chefe do Executivo respondeu às perguntas dos deputados disse que a actual lei de Macau prevê a responsabilização em caso de erro médico, mas espero que possa definir especificamente na legislação o que é erro médico, sobretudo a negligência médica, por isso avança a legislação no segundo semestre do próximo ano. No relatório das LAG tal estava previsto e o Chefe do Executivo também o disse. No actual regime jurídico falta referência sobre os acidente de saúde, por isso, é necessário haver uma lei para resolver os problemas existentes entre médicos e doentes. No dia 1 de Agosto, quando o director dos Serviços de Saúde também respondeu às nossas perguntas disse que o

documento da proposta já foi concluído e entrou no processo legislativo, mas até agora esta proposta não apareceu.

Penso que o Chefe do Executivo não nos iria mentir e por isso vai cumprir a sua promessa. Quero assim perguntar sobre os trabalhos em relação à avaliação do Governo e como o Chefe vai resolver o atraso da Lei do Erro Médico.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela pergunta do Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Quero aproveitar esta oportunidade para dizer que ao nível do planeamento das propostas de lei, o Governo tem ainda um longo caminho a percorrer para melhorar o seu desempenho. Nos últimos dois anos, para além de agendar as propostas para o ano corrente, o Governo tem-se esforçado por entregar outras propostas que não estavam inicialmente incluídas no programa legislativo a apresentar à Assembleia Legislativa. Precisamos, no entanto, de acelerar todo o processo para cumprir os nossos objectivos. Tenho também que agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia e aos Srs. Deputados todo o apoio que têm prestado ao Governo.

Conheço bastante bem a Lei do Erro Médico porque estive directamente envolvido na sua redacção. O processo de redacção e debate sobre esta Lei decorreu há já algum tempo, e tivemos ocasião de realizar duas consultas públicas sobre o seu conteúdo. Identificámos dois tipos de erro médico: um onde não existe responsabilização e outro em que o responsável terá de assumir o erro cometido. Na grande maioria dos tratamentos médicos, são seguidos todos os procedimentos normais mas o resultado obtido não é o esperado — nestas situações, é óbvio que não existe ninguém directamente responsável pelo sucedido e não existe, portanto, erro médico. Em outros casos, verifica-se que durante o processo de tratamento médico algo falhou ou foi cometido um erro e será necessário apurar responsabilidades. As duas consultas públicas que realizámos sobre esta Lei revelaram que a opinião dos residentes de Macau é favorável à responsabilização do pessoal do sector da saúde em caso de erro médico e foi com base neste parecer que os Serviços de Saúde procederam à redacção da legislação.

Os residentes de Macau, e muito particularmente o pessoal do sector da saúde e os seus pacientes, têm agora à sua disposição um enquadramento jurídico em caso de erro e é portanto importante que se faça aprovar a Lei. O desenvolvimento acelerado das tecnologias que caracteriza o nosso século teve um importante impacto no sector da prestação de cuidados de saúde e para que todos possamos usufruir dos melhores cuidados médicos possíveis é importante regular e legislar o sector. Assim, irei pedir às entidades competentes que acelerem os procedimentos para obtermos resultados durante o ano corrente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Vong Hin Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo:

Nos últimos anos, houve um aumento das instalações para a prática do desporto e a rede de equipamentos públicos tem disponibilizado cada vez mais campos desportivos para os nossos residentes, cuja vontade de praticar desporto também aumentou. Mas, segundo a imprensa, a capacidade física dos jovens de Macau tem vindo a diminuir. Os jovens são o futuro de uma sociedade e, mesmo que os caminhos do desenvolvimento de cada jovem sejam diferentes, o bom físico é essencial para todos. Por outro lado, prevenir as doenças é fundamental, pois a manutenção da saúde conduz à redução das despesas nessa área. Pelo exposto, pergunto ao Sr. Chefe do Executivo o seguinte: como é que o Governo vai incentivar os residentes a praticar mais desporto, nomeadamente os jovens, com vista a fortalecer o seu estado físico?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente. Obrigado Sr. Deputado Vong Hin Fai.

A recente avaliação das condições físicas da população de Macau revelou que, em média, os residentes do território estão em boas condições físicas mas quando segmentamos essa análise por faixas etárias verificamos que a condição física dos jovens e das crianças tem vindo a piorar. Penso que este é um problema importante e que merece a atenção de toda a sociedade porque os jovens são futuro, se eles não forem saudáveis, o seu crescimento será afectado, não conseguirão concretizar os seus sonhos ou implementar os seus planos e tudo isso impactará no nosso futuro. Caso as nossas novas gerações não estejam em boa condição física, os encargos na área dos serviços de saúde de Macau irão aumentar igualmente, no futuro. Por isso, devemos salvaguardar os serviços de saúde de Macau implementando políticas de “tratamento adequado e prevenção prioritária,” e acredito que é necessário começar já a proteger a saúde de toda a população de Macau mas sobretudo das crianças e jovens residentes.

Esta questão apresenta várias frentes de intervenção entre os quais se incluem o Instituto de Desporto, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e os Serviços de Saúde — três organismos que são da tutela do Sr. Secretário Cheong U. Acredito que se deve prestar mais atenção a esta questão, organizando acções de formação ou educativas por forma a sensibilizar a população para aspectos importantes como a nutrição. Pretende-se que, sobretudo os jovens estejam cientes da sua própria saúde e condição física. O relatório encomendado pelo Governo e apoiado pelos organismos associados à promoção do desporto no território tem um enorme peso científico e deve por isso mesmo ser cuidadosamente estudado para que se possam desenvolver medidas que melhorem a situação. A realização deste estudo funciona como alerta inicial para despertar a atenção da população sobre o assunto. O próximo passo para melhorar a condição física dos jovens é alertar os seus encarregados de educação para a importância de uma alimentação saudável. O Sr. Secretário Cheong U está a colaborar de forma estreita com os três organismos supracitados para responder a estas questões.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo:

Alguns cidadãos fizeram-me chegar as suas reflexões sobre a questão que mais os preocupa, ou seja, como viver com estabilidade. As dificuldades na habitação e compra de casa são problemas que já existem há muito tempo e, com os recentes casos de edifícios em risco de ruína e ainda com a existência de cerca de 3000 edifícios com idade superior a 30 anos, caso não se acelere o ritmo em relação à legislação sobre vistoria predial, irão aparecer mais edifícios em perigo, diminuindo cada vez mais o número de habitações e trazendo ainda mais dificuldades. Segundo as políticas demográficas para o futuro, prevê-se que, a população de Macau possa atingir os 802 mil, mas, de acordo com os dados estatísticos do Governo, prevê-se que a zona dos novos aterros apenas possa acolher 120 mil pessoas. Seja como for, os residentes estão muito preocupados com a questão de poderem ter uma habitação e uma vida estável, questão que está relacionada com a quantidade e a qualidade.

Sendo assim, sugiro ao Governo o seguinte, em primeiro lugar, sobre a elevação da qualidade: 1. O fundamental é legislar com a maior brevidade possível e aperfeiçoar as respectivas leis (tais como: a Lei de Planeamento Urbanístico, a Lei de Salvaguarda do Património Cultural, a Lei de Protecção Ambiental, o Regulamento Geral da Construção Urbana, etc.); 2. Criar, quanto antes, um regime de reconhecimento das qualificações para engenheiros e arquitectos, e outro de separação dos construtores por categorias, e reforçar a formação dos trabalhadores, promovendo o respectivo regime de certificação profissional, com vista a aperfeiçoar o mecanismo de gestão no sector da construção civil. Em segundo lugar, quanto ao aumento da quantidade: 1. Retomar os terrenos desaproveitados, aproveitando-os para construir mais habitações públicas; 2. Sob uma visão prospectiva, estudar a possibilidade de arrendar ou comprar terrenos na Ilha da Montanha, reforçando assim a devida oferta; 3. Legislar, quanto antes, para que os edifícios com idade superior a 30 anos sejam sujeitos a uma vistoria de 5 em 5 anos, para que se possa prolongar o seu período de utilização e salvaguardar a segurança dos residentes e dos seus bens.

O Sr. Chefe do Executivo concorda com as referidas sugestões em relação ao factor “viver com estabilidade”?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Mak Soi Kun.

O Sr. Deputado levantou uma série de perguntas, e vou tentar responder de forma cabal. Recentemente, o incidente de Edifício Sin Fong Garden chamou a atenção do público, e o Governo também já divulgou informações relevantes sobre o caso. Temos vindo a trabalhar arduamente para alterar o Regulamento Geral da Construção Urbana e recomendamos que os proprietários contratem profissionais qualificados para realizar a inspecção e manutenção dos seus edifícios de cinco em cinco anos. Penso que os procedimentos para legislar este assunto irão começar em breve.

No que toca a certificação profissional mencionada anteriormente, o processo está bem encaminhado. Como tive ocasião de dizer no meu discurso sobre o estado da administração, acredito que no próximo ano, irá concluir-se o processo em vários campos profissionais, incluindo na área da construção civil. O presente sistema de avaliação dos profissionais do sector da construção civil irá ser substituído por um novo formato. Estou convicto que no próximo ano, continuaremos o esforço para completar o sistema de certificação.

Penso que todos conhecemos a Política Demográfica da RAEM, bem como a proposta descrita no relatório apresentado pelo Gabinete de Estudo das Políticas. Na minha opinião, durante os anos vindouros não precisaremos de nos preocupar e o mais importante agora é seguir em frente. O relatório de consultadoria realizado centrou-se nos principais aspectos da política demográfica, tais como o envelhecimento da população, o desenvolvimento sustentável, e o acolhimento de trabalhadores estrangeiros, e o próximo passo é ouvir a opinião pública. Pessoalmente, acredito que a longo prazo, o foco deverá ser o conforto e habitabilidade do Território, e não as previsões que não são mais do que conjecturas. Penso que todos sabemos qual é a nossa maior prioridade. Macau é a nossa casa, independentemente de atingirmos ou não os números descritos nas previsões demográficas, e para que disponha de boas condições de habitabilidade, necessitamos que a economia seja competitiva e sustentável.

Há um longo caminho a percorrer entre o ano de 2012 e 2036. Actualmente, estamos ainda na primeira fase da consulta pública. Antes do lançamento do relatório de consultadoria, foram realizadas várias investigações com o apoio de especialistas da China Interior e institutos de investigação regionais. Foi com base nessas investigações que a organização local preparou o seu relatório de consultadoria. Na fase em que nos encontramos, é fundamental que todos participem no processo de consulta pública e façam sugestões. A previsão demográfica de que no ano de 2036 haverá 800.000 pessoas a residir em Macau é apenas isso: uma previsão. Muito mais relevante do que atingirmos ou não esses números populacionais, é proporcionar à população boas condições de desenvolvimento.

Na minha opinião as suas perguntas são razoáveis. Ter boas condições de habitabilidade é um direito de todos os residentes, mas não quer dizer que todos tenham a possibilidade de ser proprietários de uma casa. Na minha opinião, viver numa boa casa não obriga a que se seja o proprietário dessa casa. O Governo está empenhado em proporcionar boas condições de habitabilidade aos residentes do território, mas a compra de casa depende exclusivamente da riqueza pessoal de cada um. Na proposta “Propriedades de Macau para os Residentes de Macau Residentes” descrevem-se questões semelhantes às que estamos a debater aqui. Na verdade, nós já revimos as nossas políticas de habitação social e de propriedade imobiliária. Quais são os resultados dessas revisões? Como iremos introduzir várias restrições, todo o processo tem de passar por uma consulta pública. Acho que o Governo está disponível e muito empenhado em promover a habitabilidade do território, mas o direito à propriedade depende, como já por diversas vezes tive a ocasião de dizer, da capacidade económica e riqueza pessoal de cada indivíduo.

Quanto às terras desocupadas que acaba de mencionar, na minha opinião, a sua apropriação para habitação social dependerá das necessidades reais que existirem ao longo dos tempos. Presentemente, 25 terrenos desocupados foram assinalados e abriu-se o processo de resolução do problema. Como se pode constatar, o número de terrenos desocupados é elevado. Certamente que faremos os possíveis para concluir os complicados e difíceis procedimentos administrativos inerentes ao problema.

Quanto à possibilidade de arrendar mais terras na Ilha de Hengqin, penso que é uma proposta que apenas deve ser considerada a médio ou longo prazo. De facto, não existem muitos terrenos disponíveis na Ilha de Hengqin. A área total da ilha é pouco mais de 100 km², e neste momento apenas foram disponibilizados cerca de

50 km² de terrenos para todos os projectos que irão ser desenvolvidos na ilha. A RAEM está presentemente a desenvolver dois projectos em Hengqin: o novo campus da Universidade de Macau, que cobre 1.09 km², e o Parque Industrial de Cooperação Guangdong - Macau, ao qual estão atribuídos 5 km². Se surgirem outras necessidades, iremos, naturalmente, dirigir um pedido ao Governo Central. Após a conclusão do empreendimento que pretende drenar cinco parcelas de terra, podemos iniciar o processo de requisição de terras para arrendar na Ilha de Hengqin. Acredito, no entanto, que antes de o fazermos devemos rentabilizar os terrenos conquistados ao mar que, de acordo com o parecer expresso no documento de aprovação do projecto redigido pelo Governo Central, irão melhorar a qualidade de vida dos residentes de Macau.

Quanto aos regulamentos que mencionou, vamos envidar esforços para melhorá-los. O processo de redacção da Lei do Planeamento Urbanístico e do Regulamento Geral da Construção Urbana está quase pronto e será apresentado em breve. Estamos também a rever a Lei de Salvaguarda do Património Cultural.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

A taxa de inflação tem-se mantido elevada. Nos primeiros 9 meses deste ano a taxa média de inflação atingiu os 6,29%, apesar de se ter verificado uma descida em Setembro. A taxa de câmbio do Renminbi bateu recentemente um novo recorde, consequentemente, aumentaram os custos de exploração das PME, o que só dificulta os negócios. A situação económica mundial e regional é incerta. Na primeira metade deste ano, os preços dos legumes e hortaliças na China têm-se mantido elevados. Será que a taxa de inflação vai reduzir no segundo semestre? Ou será que vai aumentar? A economia vai desenvolver-se de forma estável? Até ao momento, ainda não é possível controlar a crise da dívida soberana na Europa, o que acarreta eventuais riscos à economia das regiões vizinhas, como o Japão, Taiwan e Hong Kong. Macau é uma cidade turística que está excessivamente dependente do sector do jogo. Se o mercado entrar numa fase de adversidade, os turistas vão consumir menos, por isso, há que estudar soluções para enfrentar os eventuais impactos desta situação.

Sr. Chefe do Executivo. Quanto à situação económica, quais são as previsões do Governo para o primeiro semestre do próximo ano? O Governo vai avançar com novas medidas para apoio às PME e aos residentes, com vista a fazerem face à inflação e a aliviá-los da respectiva pressão?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Presentemente, as perspectivas económicas para o futuro do Território são de desenvolvimento macroeconómico estável, como tive ocasião de explicar no discurso do Estado da Administração, que proferi ontem, no Relatório das LAG já referi que estou

extremamente confiante que Macau irá manter, durante todo o ano, um crescimento positivo. No final do primeiro semestre do ano, o nosso PIB aumentou cerca de 12,6%. No 3.º trimestre, a nossa taxa de desemprego situava-se nos 2,0%.

As previsões económicas para o próximo ano anunciam o abrandamento do ritmo de desenvolvimento, mas acreditamos que será possível manter um crescimento positivo e a taxa de desemprego continuará a ser baixa. No entanto, é provável que a inflação sofra pressões como sugere o Sr. Deputado Chan. Como todos sabemos, no passado, a nossa inflação resultava da inflação externa, mas presentemente a nossa inflação está associada à procura interna criada pelo desenvolvimento acelerado da economia do território. Nos últimos meses, esforçámo-nos para lidar com a inflação tentando aliviar as pressões que esta coloca à população. Além dos subsídios descritos pelo Sr. Deputado Chan, estamos ainda a trabalhar em duas áreas distintas: preços e mercados fornecedores. Publicámos oficialmente as alterações dos regulamentos do consumo com o objectivo de oferecer uma melhor protecção aos consumidores. A análise a longo prazo da inflação, feita com base na investigação levada a cabo pelo Gabinete de Estudo dos Preços, revelou que, ao contrário do que esperávamos, os preços praticados em Macau apresentam uma grande variabilidade. Em muitos casos, é possível que um consumidor informado consiga adquirir produtos a baixo custo. Estamos igualmente a tentar alargar os nossos mercados fornecedores por forma a garantir o fornecimento adequado e seguro dos consumidores. Com base nos trabalhos realizados, acredito na possibilidade de alargar os mercados fornecedores sem comprometer a continuidade dos fornecimentos.

Existem ainda outras preocupações sobre as quais já estamos a debruçarmo-nos. Acredito, no entanto, que podemos resolvê-las com a publicação de novos regulamentos. Espero que os consumidores sejam pacientes pois as diferenças de preços em Macau são verdadeiramente incríveis, como ficou provado através do estudo realizado pelo Gabinete de Estudo dos Preços. Precisamos de alterar esta situação, pois a melhoria do sistema de fornecimento irá, certamente, favorecer os residentes de Macau.

Em relação às outras perguntas sobre este assunto, a nossa posição é de optimismo cauteloso, e devemos permanecer vigilantes. O Sr. Deputado Chan acaba de sublinhar a forma como poderemos fazer frente à desaceleração económica. No corrente ano, implementámos o Regime da Reserva Financeira com o objectivo de nos prepararmos para lidar com uma emergência, o que prova a nossa vigilância no que toca a segurança fiscal. Também concordo com o que disse: Macau é uma cidade turística que está dependente da indústria do jogo e portanto susceptível de ser afectada por uma diminuição dos gastos dos seus visitantes. O Governo da RAEM está, por isso, a promover a diversificação da economia. Esperamos também que a indústria do jogo contribua para a promoção de outros sectores não directamente relacionados com o jogo. De acordo com as propostas entregues ao Governo até ao momento, parece-nos que haverá um aumento considerável de projectos não directamente relacionados com a indústria do jogo. Como todos sabemos, nos últimos anos este sector apresentou resultados bastante positivos, aumentando a oferta de emprego e registando um desenvolvimento bastante saudável.

Estamos atentos a vários outros sectores, especialmente o sector de exposições e convenções, a medicina tradicional chinesa e as indústrias criativas e culturais. Todos concordamos que a internacionalização de Macau passa por duas áreas cruciais: a arte e

cultura locais e o desporto. Ao longo da sua história, Macau tem sido um lugar privilegiado para o encontro entre as culturas oriental e ocidental e, conseqüentemente, está repleto de património cultural tangível e intangível que vale a pena preservar. Faremos o possível para promover os talentos artísticos e culturais de Macau internacionalmente. Muitas cidades tornaram-se famosas devido à sua associação com eventos desportivos. Acreditamos por isso que a internacionalização de Macau passa necessariamente por um investimento nestas duas áreas, contribuindo assim para a diversificação da sua economia.

Concordo plenamente que existam riscos associados com a exclusiva e prolongada dependência de um único sector. É por isso que estamos a investir na diversificação da economia, apoiando os desenvolvimentos de novos sectores com os recursos financeiros que acumulámos ao longo dos anos. Nesse processo, algumas indústrias podem crescer a um ritmo mais rápido, e outras a um ritmo mais lento, mas vamos envidar esforços para lhes prestar o apoio necessário. O ritmo de desenvolvimento dos projectos não directamente relacionados com o jogo que estão a ser promovidos pelos empresários do sector do jogo é, naturalmente, mais rápido do que o de outros sectores que necessitarão, por isso, de maior apoio. Iremos esforçar-nos para os apoiar a todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Nos últimos dois dias, o Chefe do Executivo tem andado a falar sobre o ajustamento dos rendimentos dos funcionários públicos, especialmente dos funcionários públicos dos escalões mais baixos que mais sofrem com a inflação. Os funcionários públicos receberam com agrado a mensagem do Chefe do Executivo.

Como membro da Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, recebi as propostas de três grupos de funcionários públicos pedindo um reajustamento dos seus salários. Gostaria de pedir ao Chefe do Executivo que leia o relatório do gabinete da Secretária para a Administração e Justiça e se informe sobre os trabalhos da Comissão de Avaliação das Remunerações.

Durante o XVIII Congresso do PCC, o presidente Hu Jintao identificou a corrupção como uma das maiores preocupações da população. Se o problema não for resolvido, o estado e o partido entrarão em colapso. Treze anos depois da criação da RAEM, existem ainda muitos incidentes de corrupção por detrás da sua gloriosa fachada. Para além do caso Ao Man Long, existem muitos outros escândalos envolvendo o Governo, como os casos da venda de campas, da oferta de oito parcelas de terras desocupadas, do empréstimo de 200 milhões de patacas à Viva Macau, do conluio de funcionários e empresários para conseguir dinheiros públicos, do recente incidente de corrupção na DSSOPT, entre outros.

A questão que gostaria de colocar ao Chefe do Executivo é muito simples: Na sua opinião, qual é, presentemente, a imagem da

administração?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela pergunta do Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

O Sr. Deputado já me dirigiu esta pergunta várias vezes e porque a altura não era a mais apropriada ou por razões processuais eu apenas pude responder de forma sumária. Hoje gostaria de lhe responder cabalmente.

Devemos estudar cuidadosa e criteriosamente o relatório do presidente Hu. Quanto à imagem da RAEM nos 13 anos que passaram desde a sua criação, eu acho que o Governo deve ser avaliado pelo público. Naturalmente que essas avaliações serão, posteriormente, pesadas numa avaliação histórica da governação. Como Chefe do Executivo, vou envidar esforços para cumprir cabalmente as minhas tarefas durante o meu mandato, de acordo com o juramento que fiz.

Em relação aos casos mencionados, gostaria de dizer o seguinte: Penso que todos estamos a par do que se passou no caso de Ao Man Long cujo processo em tribunal já terminou. O caso das campas esteve sob investigação independente do Comissariado contra a Corrupção. Já foram divulgadas várias informações relevantes, bem como as conclusões da investigação. Eu instruí a Sra. Secretária para a Administração e Justiça, Dra. Florinda Chan, para que pedisse ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais para melhorar os procedimentos pertinentes e investigasse o processo de concessão de campas. Recentemente, a imprensa publicou a notícia de que o Procurador-Geral tinha divulgado o nome dos suspeitos envolvidos neste caso e iniciado o processo de pré-julgamento. Na fase em que se encontra este processo temos de respeitar a Lei e sigilo jurídico. Os pormenores do caso e as pessoas envolvidas são informações confidenciais. Todos acreditamos que depois do pré-julgamento o processo prosseguirá para julgamento. O Governo irá, certamente, acompanhar o caso. Sobre o caso das campas é tudo o que tenho a dizer.

No que toca aos oito lotes de terra do aeroporto, perante a decisão proferida pelo Tribunal de Última Instância, o Governo da RAEM deu, imediatamente, início ao processo para invalidar essas concessões. Também já anunciamos oficialmente que outras concessões posteriores a este caso foram igualmente invalidadas. Estas são as últimas informações de que disponho. Em relação ao empréstimo de 200 milhões de patacas à Viva Macau, o caso está também sob processo judicial.

Gostaria ainda de dizer o seguinte sobre este tópico: Existem em Macau entidades de supervisão de casos de corrupção como aquele que se passou recentemente na DSSOPT, como a Comissão de Auditoria e o Comissariado contra a Corrupção e estou certo que, através da educação, iremos conseguir reduzir ao mínimo os casos de corrupção. Não é, no entanto, possível eliminar completamente a corrupção na sociedade. Tal como o secretário Lau Si Io explico, este caso veio a lume depois de terem surgido suspeitas dentro da própria instituição.

Cabe, na minha opinião, à população de Macau avaliar se nos últimos 13 anos a administração da RAEM tem vindo a fazer progressos no combate ao abuso de poder e à corrupção. Na verdade, temos envidado grandes esforços para que a administração de Macau seja incorrupta, e esperamos que todos os funcionários públicos obedeçam às Leis e cumpram os seus deveres de forma ímpele.

Acredito sinceramente que a avaliação retrospectiva que a população de Macau irá fazer a esta administração será positiva pois os seus funcionários estão empenhados em executar as suas funções de forma íntegra e no maior respeito pelas Leis.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Desde 2009, quando me tornei deputada da Assembleia Legislativa que luto pelo aumento das pensões mínimas para as 3 mil patacas. Ontem no seu discurso sobre o estado da administração, o Chefe Executivo apresentou, por fim, a intenção do Governo de proceder a esse aumento e, naturalmente que me congratulo com esta medida. No entanto, quando eu propus o aumento do nível de pensões da Segurança Social para as 3 mil patacas, o índice de subsistência mínimo era 2.400 patacas. Actualmente, o índice de subsistência mínimo situa-se nas 3.360 patacas e o mais provável é que, durante o próximo ano, volte a aumentar. Mesmo após a sua criação, as pensões mínimas da Segurança Social vão estar abaixo do índice de subsistência mínimo.

O Chefe do Executivo também afirmou que existiriam vários níveis de protecção e apoios diversificados que iriam permitir que as pensões se mantivessem acima do índice de subsistência mínimo. O sistema de Segurança Social foi criado para assegurar um bom nível de subsistência da população de Macau. Presentemente, os jovens de Macau têm de fazer contribuições durante 30 a 40 anos antes de receberem os benefícios a que têm direito. Durante esse extenso período, a sociedade irá, certamente, sofrer várias mudanças. O Governo deve definir claramente um plano de previdência social a longo-prazo e não depender de medidas *ad hoc* temporárias de apoio.

Segundo percebi, o Chefe Executivo concorda que as pensões mínimas devem ser superiores ao índice de subsistência mínimo. Mas será que esse critério se aplicará a todas as pensões do sistema de Segurança Social? A sustentabilidade do sistema de Segurança Social a longo prazo não pode depender apenas das contribuições do Governo. Se assim for, o mais provável é que o sistema venha, mais tarde ou mais cedo, a enfrentar problemas. O Governo tinha prometido terminar o ajustamento do esquema de contribuições da previdência social até o final deste ano, mas as mudanças ainda não foram introduzidas. Nestas circunstâncias, como poderá o Governo integrar, dentro do sistema da Segurança Social, um plano de reformas devidamente regulamentado e independente e ao mesmo tempo assegurar que o nível das pensões se mantém acima do índice de subsistência mínimo? Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sra. Deputada Melinda Chan.

A Sra. Deputada Chan está sempre muito atenta à questão das pensões e, apesar de eu achar que expliquei de forma cabal os planos do Governo durante a minha declaração no Relatório das LAG deste

ano, creio que as nossas opiniões sobre o assunto são divergentes. Na minha perspectiva, o presente regime de pensões distribuído pelo Fundo de Segurança Social e os apoios diversificados não irão funcionar só a curto-prazo pois são medidas a longo-prazo.

Com base no relatório actuarial publicado, ficou decidido que, durante os próximos quatro anos, se iria investir 37 mil milhões de patacas no Fundo de Segurança Social para assegurar a sua sustentabilidade a longo-prazo. O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Dr. Cheong U, e o Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Segurança Social, Dr. Ip Peng Kin, poderão prestar informações adicionais sobre o assunto neste hemiciclo.

Para além da questão do índice de subsistência mínimo, penso já ter feito, por diversas vezes, referência aos apoios diversificados que funcionam como uma medida a longo prazo. Para as pessoas com mais de 65 anos de idade, oferecemos cuidados de saúde gratuitos, também damos subsídios de assistência social e alojamento a todas as pessoas que deles necessitem. Sempre achámos que seria a combinação destes apoios, e a distribuição de pensões de valor superior ao índice de subsistência mínimo que permitiriam manter a qualidade de vida da população de Macau.

Penso que a proposta de manter as pensões acima do índice de subsistência mínimo é razoável. No entanto, do ponto de vista do Governo, o aumento das pensões terá de resultar de um longo processo, planeado passo a passo. Não concordamos que se deva apenas manter as pensões acima do índice de subsistência mínimo, pois os fundamentos da nossa acção não se limitam a uma medida mas a um conjunto de medidas de apoio aos idosos. Se associarmos as pensões ao índice será muito fácil para o Governo, mas não estaremos a contribuir para ajudar a população idosa. Para que os idosos possam usufruir de boas condições de vida em Macau devemos apoiá-los e às suas famílias de diferentes formas. Eu penso que, tendo em conta o envelhecimento populacional, a atribuição de uma pensão por si só não irá proteger os idosos no futuro. Penso, inclusivamente, que associar o valor das pensões ao índice de subsistência mínimo anual poderá colocar em risco a sustentabilidade do sistema de Segurança Social. Poderão consultar os pormenores do plano para o compreender melhor. Segundo os estudos demográficos realizados, a esperança média de vida dos residentes de Macau está a aumentar, até quando comparado com os padrões asiáticos e seremos no futuro uma sociedade envelhecida. Por isso, o Governo não deve, nem pode agir de forma irresponsável apoiando os idosos apenas com uma pensão. Devemos recorrer a diversos tipos de apoio para que usufruam de cuidados adequados.

Presentemente existem dois modelos diferentes de Segurança Social, e estamos a estudar ambas. Uma questão que se coloca é saber se devemos oferecer pensões apenas àqueles que delas necessitam negligenciados os residentes que têm planos de reforma. Como todos sabemos, no momento presente, o Fundo de Segurança Social partiu de um plano de reforma que existia apenas para os trabalhadores por conta de outrem e pretende abranger toda a população residente. Concordo com a Sra. Deputada Chan quando afirma que é necessário melhorar o sistema de previdência social de Macau. Alguns problemas vêm de trás, e a sua resolução exige o nosso empenhamento. Para além disso, há ainda que chegar, em termos de concertação social, a um consenso entre o Governo, as entidades patronais e os trabalhadores em relação às garantias de vida da população após a sua aposentação. Como ainda não existe consenso entre as partes, o Governo decidiu investir 37 mil milhões

de patacas durante quatro anos para assegurar o apoio à população idosa de Macau enquanto se estudam as necessidades e definem soluções. Se não o tivéssemos feito, estaríamos a colocar em risco todo o sistema de protecção social. Como todos sabemos, é impossível manter o sistema a funcionar com base nas contribuições mensais de 30 e 15 patacas dos trabalhadores activos e a proporção de 1:2 dividida entre empregados e entidades patronais. Sobretudo se tivermos em conta que uma maior esperança-média de vida irá necessariamente envelhecer a nossa sociedade. É por isso que, na minha opinião, é tão importante diversificar os apoios em vez de concentrar tudo numa pensão única, mesmo que esta esteja em paridade com o índice de subsistência mínimo.

No que toca às pensões de velhice e ao subsídio para idosos, de que falamos no relatório das LAG, é necessário melhorar a eficiência administrativa do processo e pensamos que talvez seja possível reduzir as despesas. Tal como foi sugerido no relatório, devemos estudar esta questão. Gostaria ainda de acrescentar que compreendo as preocupações da Sra. Deputada Chan no que diz respeito à melhoria das condições de vida dos mais idosos. Mas o nosso sistema de previdência social não pode basear-se apenas na atribuição de uma pensão acima do índice de subsistência mínimo. Creio que temos todos os mesmo objectivos: proporcionar à população, durante a sua reforma, condições de vida condignas e confortáveis. E, portanto, não vale a pena insistir num único item. Acredito que todos os presentes desejam oferecer à população idosa o melhor apoio que nos for possível dentro das nossas possibilidades económicas. Estamos a levar a cabo um estudo porque, tendo em conta as previsões demográficas relacionadas com o envelhecimento da população e períodos de reforma que podem chegar aos 18 ou 20 anos, acreditamos que a quantia que deverá ser gasta será considerável.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para explicar a nossa política de apoios diversificados e aumento do valor da pensão de velhice. Acredito que, depois da injeção de fundos governamentais, o sistema de pensões irá funcionar de forma sustentável durante muito tempo. Todos partilhamos os mesmos objectivos e o que necessitamos de fazer é coordenar esforços com o Conselho Permanente de Concertação Social para resolver os problemas e divergências com que nos deparamos. Durante o processo, o Governo está disponível para assegurar o funcionamento normal do sistema. Resumidamente era isso que vos queria dizer.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Toda gente presta grande atenção à questão da habitação. Há pouco, o Sr. Chefe do Executivo explicou-o já numa visão macroeconómica. Vou ajustar a minha pergunta para ser mais concreta.

Entre as 19 mil habitações públicas, 9196 são económicas. Em 2005, o número de famílias à espera de habitação económica ascendia a 12 mil, e recorrendo ao genocídio, só é possível excluir mil, o que significa que ainda restam cerca de 11 mil. Se subtrairmos 11 mil, número correspondente às famílias, a 9196, número correspondente às fracções (sem entrar na questão dos erros de

planeamento, que levaram às 2 mil fracções T1 em excesso), obtemos 2 mil. Isto quer dizer que, apesar de ser concluída a construção de 19 mil habitações públicas, há ainda 8 mil famílias que não conseguirão ter habitação. Não sei quais as medidas que o Sr. Chefe do Executivo vai adoptar para a resolução desta questão, para que estas famílias consigam desfrutar, quanto antes, de uma habitação.

Por outro lado, o Sr. Chefe do Executivo referiu ontem que no primeiro trimestre do próximo ano vai ser iniciada a nova ronda de registo para as referidas habitações económicas e sociais, com vista a poder dominar os dados sobre a procura de habitação económica e poder, desse modo, mobilizar recursos para dar resposta à procura e às aspirações sociais quanto à aceleração da construção desse tipo de habitação. Contudo, quanto ao registo das habitações económicas mencionadas na área do Transportes e Obras Públicas das LAG refere-se que os novos requerentes podem só candidatar-se à habitação económica de tipologia T1, e que não foram vendidas na ronda anterior. Existe aqui uma grande diferença daquilo que referiu. É possível fazer o registo apenas das habitações económicas com a tipografia T1. Mas o número assim registado não consegue reflectir a necessidade real de habitação económica e habitação social, nem consegue atingir o objectivo que o Sr. Chefe do Executivo declarou. Com vista a responder à expectativa do Sr. Chefe do Executivo, ou seja, reflectir a medida real da necessidade de habitação económica na sociedade através do número dos candidatos registados, no sentido de planear de forma científica a construção das habitações económicas afinal. No registo a fazer, nos finais do próximo ano, para além da habitação económica de tipologia T1, pode haver candidaturas às habitações com as tipologias T2 e T3?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Au.

O Sr. Deputado dirigiu-me várias perguntas técnicas, e desconheço se os seus dados são consistentes com os dados do Sr. Secretário Lau Si Io. Permita-me que lhe faça a seguinte proposta: vou encaminhar essas questões para o Secretário Lau e, juntos, explicar-lhe-emos os detalhes técnicos que eu próprio não disponho. Existe, de facto, uma grande diferença entre 9190 e 12 000 casas.

Na verdade, a política é bastante clara. Após a conclusão de 19 mil fracções de habitação pública, iremos avaliar quantas pessoas ainda existem na lista de espera para criar um novo plano. Por outro lado, iremos realizar a reclamação de terras com o objectivo melhorar a qualidade de vida das pessoas em Macau. Existe terra suficiente para assegurar o futuro de Macau e eu não desejo que os jovens se preocupem com esse assunto. Se o Sr. Deputado insistir em obter uma resposta detalhada, eu terei de pedir um intervalo de 15 minutos para poder conferenciar com o Sr. Secretário Lau Si Io. Posso, no entanto, assegurar-lhe que o Sr. Secretário Lau poderá explicar essas questões e documentar a resposta. As regras definidas pela Lei sobre a Habitação Económica são, no meu parecer, bastante claras e será, por isso, muito fácil responder às suas dúvidas. Poderei, no entanto, necessitar de tempo para estudar os pormenores técnicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

A justiça social e a salvaguarda dos legítimos direitos e interesses dos cidadãos só podem ser conseguidas com base num sistema judiciário imparcial e eficiente. O funcionamento efectivo do sistema judicial só pode ser garantido através da sua independência. Os órgãos judiciais em Macau são claramente independentes, mas a transparência e eficiência da justiça levantam ainda algumas questões. Na minha opinião, as repercussões do incidente “Tou Fa Kong” reflectem, em certa medida, a falta de transparência do procedimento judicial em Macau, e demonstram que, em alguns casos, os moradores não podem defender eficazmente os seus direitos. Portanto, eu gostaria de perguntar ao Chefe do Executivo, se existe algum plano específico para melhorar a eficiência e transparência do sistema judiciário.

Obrigado, Sr. Presidente.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Tong.

Penso que estamos todos familiarizados com o princípio da independência judicial e apoiamos a transparência das suas actividades pois só assim será possível respeitar os valores fundamentais de equidade e isenção. Podemos, no entanto, debater com os responsáveis sobre formas de melhorar as suas actividades pois o que o Sr. Deputado Tong acaba de dizer reflecte a opinião da sociedade, tal como se pode ler em muitos artigos da imprensa escrita publicados recentemente. A eficiência do sistema judicial pode aumentar nas seguintes áreas: número de sentenças publicadas online e o uso da língua chinesa nos documentos judiciais que circulam entre as autoridades responsáveis. O Governo compromete-se a acompanhar de perto estas solicitações pois, pessoalmente, acredito que são da maior relevância.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

Chui Sai Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

O Governo está neste momento a realizar uma ampla consulta pública sobre o Enquadramento da Política Demográfica, que envolve uma das questões que mais tem captado a atenção da população - a importação de quadros qualificados.

Os vários sectores apoiam essa importação e estão preparados para reforçar a sua própria competitividade, mas atendendo à realidade de Macau, os profissionais estão, de certa forma, preocupados com o seu futuro.

De que medidas dispõe o Governo para ajudar os profissionais locais a elevarem as suas capacidades e nível profissional, e a consolidarem e desenvolverem as suas actividades, a fim de conseguirem competir com o exterior?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

Nós todos sabemos que a Lei Básica deixou bem claro que a RAEM poderá definir os seus próprios requisitos profissionais com base em princípios justos e razoáveis, bem como avaliar e reconhecer uma série de qualificações profissionais. Nos últimos tempos, têm vindo a aumentar as exigências sociais no que toca, não apenas a avaliação e reconhecimento das creditações, como também as qualificações profissionais. Acredito que, durante o próximo ano, iremos conseguir completar uma parte do sistema de certificação. Neste momento, os sectores que já estão a implementar esses sistemas abrangem os engenheiros, os profissionais da saúde e os assistentes sociais. E existem, segundo creio, outros sectores empenhados em definir o seu próprio sistema de certificação. Penso que a definição de procedimentos, de certificação e acreditação profissional é importante porque contribuem para promover o desenvolvimento da sociedade. Presentemente, há ainda muito para fazer na área da certificação de diplomas pois não possuímos um sistema de educação continuada, nem um bom sistema de avaliação do sistema.

Precisamos de investir na melhoria destas áreas para nos alinharmos com os padrões internacionais e espero sinceramente que as organizações profissionais do território trabalhem em conjunto para, respeitando as suas diferenças, encontrarem uma base comum de entendimento para promover entre os seus membros esses padrões internacionais. Esperemos que esta questão se resolva já durante o próximo ano.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

Nesta última sessão de perguntas e respostas da 4ª Legislatura, gostaria de manifestar o meu reconhecimento quanto às ideias e às medidas políticas definidas pelo 3º Governo da RAEM, como sejam a criação do Gabinete de Estudo das Políticas, a figura de porta-voz, o Conselho para o Tratamento de Incidentes Imprevistos, a reforma da TDM, etc., que sempre foram aspirações minhas e também da sociedade.

No entanto, outros aspectos estão ainda por melhorar, tais como o empolamento da estrutura administrativa, a desactualização do sistema jurídico, a ineficácia na fiscalização financeira, a falta de talentos na área da gestão, a deficiente cooperação inter-serviços, a falta de visão prospectiva quanto aos problemas da habitação, saúde, educação, etc..

O poeta Zheng Banqiao, também mandarim da Dinastia Qing, fez uma poesia no Quadro “Mozhu” onde se lê: “*Sussurram as folhas do bambu, ecoa o sofrimento do povo. Nós, humildes mandarins, vemos o coração tocado por cada ramo e cada folha*”. Aqui se vê a atenção dada às dificuldades do povo. Na realidade, tanto os Deputados como o Governo devem assumir esse espírito de carinho.

Enquanto deputado, e fazendo uma retrospectiva aos trabalhos dos últimos sete anos, considero que há ainda bastantes aspectos por melhorar. Tenho sempre defendido a aplicação cruzada dos direitos

público e privado e o aperfeiçoamento do regime de propriedade horizontal, para assegurar o bem-estar dos residentes. Tenho-me empenhado no combate às pensões ilegais e acabei por conseguir aprovar uma lei para o efeito. Mas, a sua qualidade e execução estão aquém do desejado. O Sr. Chefe do Executivo está sempre atento às dificuldades da população, dando a maior prioridade aos assuntos ligados ao povo. Vai, então, aperfeiçoar o regime jurídico da propriedade horizontal antes do fim desta Legislatura? Vai, mediante os direitos público e privado, resolver os problemas de administração predial e erradicar o problema das pensões ilegais, que tanto perturbam os residentes?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Quanto aos detalhes da Lei do Regime de Propriedade Horizontal, o Governo atribui grande importância às questões relacionadas com a gestão de edifícios e já entrou em contacto com as associações do sector bem como as Assembleias Gerais de Condóminos a fim de promover a harmonia entre todas as partes interessadas. O Governo da RAEM já definiu os critérios básicos para alterar a lei sobre o regime de propriedade horizontal, e está à procura de soluções para a gestão dos edifícios, incluindo a dupla ou múltipla administração predial, o funcionamento da Assembleia Geral, e a relação entre as entidades gestoras e as empresas de gestão de condóminos, bem como a criação e gestão dos fundos de reserva comuns. A consulta pública sobre os pormenores da lei está agendada para o início do próximo ano, dando início ao processo legislativo.

É do meu conhecimento que o Sr. Deputado Ung tem dedicado bastante do seu tempo a este problema, que afecta muitas famílias em Macau, e já gerou inúmeros problemas e desentendimentos nos últimos anos. Na minha opinião, os residentes de Macau apenas têm a beneficiar com a criação de um sistema legal que regularize e resolva esses problemas.

A Lei n.º 3/2010, que regula a Proibição de Prestação Ilegal de Alojamento atribui aos departamentos governamentais uma maior capacidade de intervenção e houve, recentemente, algumas mudanças no seu conteúdo e modo de implementação. Talvez se tenha tornado necessário rever, em tempo útil, a eficácia desta lei. Este é um assunto que o Governo irá certamente acompanhar de perto.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Alberto Alves.

Leonel Alberto Alves: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

As universidades de Macau, após décadas de desenvolvimento e crescimento, ganharam forma e espaço, e absorvem, hoje, um importante segmento da nossa população estudantil que tem direito, como todos nós sabemos, a uma formação adequada e moderna.

Em breve, a Universidade de Macau (UMAC) vai conhecer novos desafios, nos quais a população em geral deposita grande esperança... no sentido de possibilitarem formar mais e melhores profissionais para sustentarem a continuidade e estabilidade da

RAEM.

Julgamos que é oportuno saber em que ponto se encontra o ensino superior em Macau no que à sua qualidade e capacidade de resposta diz respeito.

Apercebemo-nos, recentemente, que a Faculdade de Direito da Universidade de Macau mandou efectuar uma avaliação externa conduzida por profissionais de prestígio, mas os respectivos resultados não são ainda conhecidos.

Gostaria, assim, de saber, qual é o pensamento do Sr. Chefe do Executivo no atinente as políticas públicas que possam conduzir ao reforço da qualidade e do prestígio das nossas instituições de ensino superior e ainda sobre os mecanismos que possam ser introduzidos para que se proceda a uma avaliação periódica das universidades de Macau. Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente.

É do conhecimento geral que a Universidade de Macau, nomeadamente durante o Governo do último mandato, obteve a aprovação do Governo Central para a construção do seu novo *campus*, com uma área de 1,09 km², em terrenos localizados na Ilha de Hengqin, em Zhuhai. Recentemente, foi tornado público que os trabalhos de construção estariam concluídos no final de Março, e a UMAC seria transferida para as suas novas instalações.

Na minha opinião, as principais funções de uma universidade são a investigação e o ensino, colocados ao serviço da comunidade. O Sr. Deputado Leonel Alberto Alves acaba de levantar uma questão pertinente, ou seja, a avaliação das universidades. O ensino é, de facto, um elemento fundamental da missão de uma universidade e, portanto, é natural que se proceda à avaliação dos resultados obtidos pelas universidades. O objectivo de tal exercício não é apontar os problemas das instituições de ensino ou impedi-las de prestar esse serviço público, mas ajudá-las a consolidar as suas estruturas e a progredir, por forma a cumprir a sua missão educativa. É por isso que sou a favor da sua avaliação. Com base em elementos reunidos pelo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior pedimos ao Conselho de Acreditação de Qualificações Académicas e Profissionais de Hong Kong (HKCAAVQ, na sigla inglesa) para estabelecer os critérios e a abrangência da avaliação dessas instituições, incluindo a certificação da avaliação, certificação de qualidade, e avaliação dos cursos e dos conteúdos dos programas. Assim que recebermos esses critérios, iremos enviá-los a todas as instituições.

Esta é uma pergunta bastante relevante pois há muito que nós queremos realizar esta avaliação. Dirigimos o convite à HKCAAVQ devido à sua experiência e esforços desenvolvidos na área. Esta avaliação terá, na minha opinião, repercussões importantes no ensino superior já que permite definir orientações precisas para a melhoria de todo o sistema facilitando a concretização da sua missão educativa. Tendo em conta os benefícios deste exercício estou, pessoalmente, empenhado que seja executado dentro dos prazos estabelecidos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fong Chi Keong.

Fong Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

O Chefe do Executivo tomou posse há já três anos e durante este período prestou muita atenção aos assuntos sociais, nomeadamente, à segurança social, ao auxílio aos idosos, à habitação pública, à educação, etc. Mas quanto aos assuntos inerentes ao desenvolvimento económico e diversificado, o Chefe do Executivo não tomou, durante estes três anos, nenhuma decisão importante. Sr. Chefe do Executivo, qual é o seu comentário sobre a actual conjuntura económica e o desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau? No que respeita ao desenvolvimento económico global de Macau, de que plano dispõe para o tempo remanescente do seu mandato? Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões que nos dirigiu, Sr. Deputado Fong Chi Keong.

A minha política privilegia o sistema de previdência social da população idosa, a habitação social, a educação bem como outras preocupações sociais. Nos últimos três anos, tomei mesmo uma série de decisões para promover o desenvolvimento e diversificação da economia que ainda não foram tornadas públicas. Muitas medidas foram inscritas no Quadro do 12º Plano Quinquenal Nacional, nas Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, no Plano-Mestre para a Ilha de Hengqin, e no Plano-Piloto do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (CEPA) da zona especial de Nansha.

Entre as decisões que são do domínio público salientamos as seguintes: em primeiro lugar, Macau deverá tornar-se num Centro Mundial de Turismo e Lazer e numa plataforma de negócios para os países de língua portuguesa. É igualmente importante que Macau diversifique a sua economia em coordenação com o desenvolvimento da região em que se insere. Para além da indústria do jogo que abrange várias áreas não directamente relacionadas com o jogo, o meu Governo tem apoiado e desenvolvido políticas preferenciais em diversos sectores, incluindo o sector das Conferências e Exposições (MICE) e a criação de um Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa. É com enorme satisfação que lhes anúncio que o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa com 0,5 Km² em Hengqin ficará concluído no início do próximo ano. Entrámos na fase de selecção de projectos para implementar naquele Centro e o IPIM já criou uma equipa de trabalho para o efeito.

Poderão perguntar-se porque não são divulgadas mais informações sobre Hengqin mas, na verdade, estamos à espera de aprovação do Governo Central, incluindo a lista das indústrias e das políticas preferenciais a implementar. Uma das questões pendentes é a gestão separada descrita no Acordo-Quadro. Um dos primeiros obstáculos a ultrapassar é o prolongamento do horário de funcionamento dos serviços alfandegários, pois só dessa forma se poderá concretizar a gestão separada. Esperamos receber o aval do Governo Central no início do próximo ano para dar início aos projectos apresentados. Tal como afirmou o Secretário Tam Pak Yuen, esperamos que algumas das PME de Macau possam integrar os projectos que serão desenvolvidos em Hengqin. O Governo está a tomar todas as medidas para encorajar e apoiar essas empresas. Acredito que a negociação do primeiro projecto de grandes dimensões é essencial para abrir portas à entrada de outras PME.

A administração de Guangzhou também está a aguardar pela aprovação do Governo Central sobre o plano de desenvolvimento da nova zona de administração económica e política de Nansha. Na semana passada, falei com o perfeito Guangzhou sobre este projecto. O Secretário Tam Pak Yuen vai liderar uma equipa para debater com os responsáveis de Guangzhou as questões associadas com o porto recreativo de cruzeiros e iates, a plataforma cultural e centro de indústrias criativas, bem como o centro de formação em gestão da indústria do turismo. Penso que iremos abrir estas negociações muito em breve.

Para analisar a situação económica actual e, sobretudo, os esforços de diversificação da economia de Macau, os moradores, e muito especialmente os legisladores, podem verificar os nossos rendimentos e orçamento anual. Os nossos rendimentos estão concentrados e é, portanto muito importante diversificar a economia em preparação para possíveis alterações da situação económica. Existe outro benefício claro da diversificação da economia: oferecer aos residentes de Macau a possibilidade de aceder a oportunidades de emprego em indústrias diferentes e de ascensão socioeconómica para que melhor possam usufruir do desenvolvimento do território.

Os residentes de Macau, em nome individual ou como membros de PME, poderão igualmente usufruir de oportunidades oferecidas pelos projectos de coordenação regional que estão a ser desenvolvidos em Hengqin, Zhuhai e Nansha, em Guangzhou. Estes projectos estão, no entanto, dependentes do aval do Governo Central mas assim que forem aprovados iremos divulgá-los ao público. Macau e Guangdong estão a colaborar de forma estreita nas propostas apresentadas ao Governo Central.

Penso que o prognóstico para o desenvolvimento económico no período que falta para terminar o meu mandato é de optimismo reservado. Nos próximos dois anos, iremos envidar todos os esforços para manter o crescimento económico positivo ao mesmo tempo que diversificamos a economia em estreita relação com o desenvolvimento da região em que nos inserimos.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados.

O Sr. Chefe do Executivo respondeu às 26 questões colocadas pelos Srs. Deputados. Gostaria de, em nome da Assembleia Legislativa, expressar sinceros agradecimentos ao Chefe do Executivo pelas respostas dadas às perguntas colocadas. Agradeço igualmente a presença dos funcionários do Governo e dos membros do Conselho Executivo na sessão de hoje.

A partir da próxima semana, iremos rever o orçamento do ano fiscal de 2013 e os objectivos de várias áreas políticas.

Declaro encerrada a reunião de hoje.

Intérpretes-tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção